



DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, ([ID 1957352](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

[assinado eletronicamente]

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

Docto ID: 2044611 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/SUPECOL/PMJP/RO/2026
(CADASTRO COMPRASGOV: 90037/2026)
SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5688/2025 - SEMOSP

OBJETO: Registro de preços para futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em construção civil, visando a **RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ**, nos trechos que receberem as aberturas de valas para Implantação das redes coletoras do Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Ji-Paraná-RO, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 04/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PARTICIPAÇÃO:
AMPLA PARTICIPAÇÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 12.218.790,00 (doze milhões, duzentos e dezoito mil, setecentos e noventa reais).

FONTE DE RECURSOS:
RECURSOS PRÓPRIOS
2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
02 PODER EXECUTIVO
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15 Urbanismo
15 451 Infraestrutura Urbana
15 451 0008 ASFALTA JIPA
15 451 0008 1020 0000 Recomposição Asfáltica em CBUQ
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
002.002 Recursos Próprios - Contrapartida
FICHA: 813

RECURSOS CONVÊNIO
02 PODER EXECUTIVO
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infraestrutura Urbana

15 451 0008 ASFALTA JIPA

15 451 0008 1020 0000 Recomposição Asfáltica em CBUQ

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

002.423 Recomposição Asfáltica em CBUQ

FICHA: 814

EDITAL:

Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas etc., estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-
Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná/RO, 10 de abril de 2026.

Thaynara de Sousa Marconi Leite

Pregoeira

Decreto nº 2.465/GAB/PMJP/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/SUPECOL/PMJP/RO/2026

(CADASTRO COMPRASGOV: 90037/2026)

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AMPLA PARTICIPAÇÃO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 2465/GAB/PMJP/2025**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1385/2024, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 04 de maio de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5688/2025 - SEMOSP

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em construção civil, visando a RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ, nos trechos que receberem as aberturas de valas para Implantação das redes coletoras do Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Ji-Paraná-RO, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **01 (um) item**, conforme **ANEXO II** deste edital.

1.3. O único item é destinado à **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

1.4. Em caso de **discordância existente** entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no **Anexo II** deste edital, **prevalecerão às últimas**.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no **ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços**.

2.2. **Fica vedada** a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. **Não se aplica** ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. **Não poderão** disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir

do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.**

- 4.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7.** A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.
- 4.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14.** **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 4.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1.** Valor **unitário do ITEM**;
- 5.1.2.** Marca;
- 5.1.3.** Fabricante;
- 5.1.4.** Quantidade.
- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

5.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

5.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

- 6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. **Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.**

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Nos termos do art. 156, inc. III e § 4º da Lei Federal n. 14.133/2021, constatada a existência de sanção de impedimento de contratar junto a Prefeitura do Município de Ji-Paraná, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4. Será inabilitado, de plano, o licitante que for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 156, inc. IV), vez que a sanção se aplica em âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.**

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.12. **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**
- 8.12.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;
- 8.15. **Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
 - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico **www.ji-parana.ro.gov.br** - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;

- 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.16. Estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar, nos termos dos arts. 155, V e 156, §4º, III, da Lei nº 14.133/2021, as empresas que após participarem ativamente da sessão pública e apresentarem diversos lances, restando mais bem classificadas na fase de julgamento, simplesmente desistirem da proposta sem motivo ou fato superveniente que a justifique.

9.17. Na inexecução, total ou parcial, do objeto licitado serão aplicadas as sanções previstas no Termo de Referência – Anexo I do presente edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.ro e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 14.11.1.1. *Apêndice do Termo de Referência;*
 - 14.11.1.2. *Apêndice Planilhas Orçamentárias;*
- 14.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);
- 14.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;
 - 14.11.3.1. *ANEXO III – A – Modelo de Declaração*
- 14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.11.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, 10 de abril de 2026.

Thaynara de Sousa Marconi Leite
Pregoeira
Decreto nº 2.465/GAB/PMJP/2025



TERMO DE REFERÊNCIA n. 31

Processo: 5688/2026

CAPÍTULO I - DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinam a **Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em construção civil, visando a RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ**, nos trechos que receberem as aberturas de valas para Implantação das redes coletoras do Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Ji-Paraná-RO, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

A contratação de Empresa Especializada em construção civil, visando a RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ, com regime de execução contratual **Empreitada por Preço Unitário**, conforme estabelecido no Art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo menor preço, em cumprimento ao disposto do Decreto Municipal n.1385, de 11 de março de 2024, com base no Artigo 40, inciso II da Lei de Licitações e Contratos nº. 14.133/2021.

Especificações Técnicas:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário
01	Recuperação de valas de esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ	Metro	67.000	182,37

Através do procedimento licitatório, selecionar empresa que atue **em construção civil, visando a RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ**, nos trechos que receberem as aberturas de valas para Implantação das redes coletoras do Sistema de Esgotamento Sanitário, para Registro de Ata de Preços, para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, por um período de **1 (um) ano**.

CAPÍTULO II - DA MODALIDADE LICITATÓRIA - PREGÃO

Considerando que o objeto licitatório consiste em **serviço comum de engenharia**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o artigo 6º, inciso XLI, define bens e serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. Assim, o pregão é a modalidade obrigatória para contratação de serviços comuns, inclusive os de engenharia cuja complexidade não exige elaboração detalhada ou soluções técnicas específicas, mas apenas execução padronizada, rotineira e usual no mercado.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Dessa forma, constata-se que o objeto se enquadra entre os **serviços comuns de engenharia**, uma vez que pode ser descrito com precisão suficiente, sem necessidade de soluções técnicas singulares, atendendo ao interesse público por meio de atividades rotineiras e padronizadas.

Considerando que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial destinado à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de certame licitatório, possibilitando contratações conforme a necessidade da Administração Pública; e conforme ensina Hely Lopes Meirelles (2011), o SRP consiste em:

Conjunto de procedimentos para registro e assinatura em Ata de Registro de Preços que os interessados se comprometem a manter por um determinado período de tempo, para contratações futuras de compras ou serviços frequentes, a serem realizadas nas quantias solicitadas pela Administração e de conformidade com o instrumento convocatório da licitação. (p. 357)

Assim, o Sistema de Registro de Preços torna-se ferramenta eficaz para contratação de **serviços comuns de engenharia**, compatibilizando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Com base no Decreto Municipal nº 1385, de 11 de março de 2024, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Ji-Paraná, e no artigo 40, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, elaboramos o presente Termo de Referência, visando dar continuidade às atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal mediante Ata de Registro de Preços.

As vantagens do sistema de registro de preços incluem otimização do processo de compras e maior flexibilidade nas contratações, possibilitando que os serviços sejam demandados na quantidade exata e no momento necessário, reduzindo desperdícios, otimizando recursos e garantindo maior agilidade administrativa. Dessa forma, o Sistema de Registro de Preços revela-se adequado para futuras e eventuais contratações de **serviços comuns de engenharia**.

Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:

- necessidade de contratações frequentes e eventuais dos serviços de engenharia;
- previsão de demanda contínua desses serviços para atendimento às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- dificuldade em estimar com precisão os quantitativos a serem demandados diante das limitações e incertezas orçamentárias atuais;
- impossibilidade de execução imediata e integral pela Administração, exigindo contratações conforme necessidade;
- racionalização dos recursos públicos e prevenção de desperdícios;
- possibilidade de execução parcelada e conforme demanda;
- caracterização do sistema pelo registro de preço unitário para os serviços, que deverá ser mantido pela empresa vencedora durante toda a vigência da Ata.

A vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município DOM, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 combinado com o art. 12, §1º, do Decreto Municipal nº 1385/2024.

Art. 12. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital, podendo este prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

§ 1º O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da publicação do extrato no PNCP e no DOM, podendo ser prorrogado por igual período, desde que mantidas as condições vantajosas.

Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, as regras para a execução contratual devem observar a fiscalização, acompanhamento e gestão dos contratos administrativos, com vistas à eficiência e transparência. A prorrogação da vigência da Ata por até 1 ano possibilita igualmente a renovação dos quantitativos registrados, desde que devidamente justificada e vantajosa, permitindo à Administração solicitar novas execuções conforme demanda, dentro dos limites inicialmente previstos, sem necessidade de novo procedimento licitatório.

Caracteriza-se, portanto, o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo registro de preço unitário para os **serviços comuns de engenharia**, que deverá ser praticado pela empresa vencedora durante toda a vigência da Ata.

Durante a vigência da Ata, havendo interesse da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos na execução dos serviços de engenharia com preço registrado, será encaminhada à empresa contratada **Ordem de Serviço, Nota de Empenho e/ou Requisição de Execução**, contendo as condições específicas, locais e prazos de execução.

Recebida a Ordem de Serviço ou documento equivalente, a empresa deverá iniciar a execução dos serviços conforme especificações constantes da requisição emitida pela Secretaria, observando rigorosamente o preço registrado na Ata e os prazos estabelecidos.

CAPÍTULO III - DA JUSTIFICATIVA

Considerando o [Estudo Técnico 34 de 08/04/2026 \(ID 2587879\)](#), faz-se necessário a abertura de processo administrativo para Contratação de Empresa Especializada em construção civil, visando a RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ.

A necessidade da contratação decorre da exigência de recomposição asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) nos trechos viários do Município de Ji-Paraná que serão impactados pelas obras de implantação da rede coletora do sistema de esgotamento sanitário.

A execução dessas obras de saneamento, embora essencial para a promoção da saúde pública e da qualidade de vida da população, implica na abertura de valas em vias públicas pavimentadas, resultando na danificação ou destruição do pavimento existente. Sem uma recomposição adequada, esses trechos tornam-se focos de degradação urbana, comprometendo a trafegabilidade, a segurança viária, a mobilidade urbana e até mesmo o acesso de serviços públicos como transporte coletivo e coleta de resíduos.

Sob a ótica do interesse público, a ausência da recomposição do pavimento pode gerar impactos diretos negativos à população, como:

- Risco de acidentes e danos a veículos, sobretudo em regiões de tráfego intenso;
- Aumento da poeira e da poluição em áreas urbanas;
- Prejuízos econômicos ao comércio local devido à redução da acessibilidade;
- Desvalorização dos imóveis e espaços públicos;
- Aumento nos custos futuros de manutenção corretiva, que sobrecarregam o orçamento público.

A contratação, portanto, é imprescindível para garantir a integridade da malha viária e proteger os investimentos públicos em infraestrutura sanitária. Além disso, assegura que os benefícios do sistema de esgotamento não sejam comprometidos por problemas paralelos na pavimentação, reforçando o compromisso da administração municipal com a eficiência da gestão pública, a qualidade dos serviços urbanos e a dignidade dos cidadãos.

Ao preservar a funcionalidade das vias e promover a recuperação eficiente e durável do pavimento, esta contratação responde diretamente aos princípios constitucionais da continuidade do serviço público, da economicidade, da eficiência e da supremacia do interesse público.

CAPÍTULO IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em relação à forma de execução, a opção pela contratação de empresa especializada foi amplamente justificada. A execução direta pela administração foi descartada por falta de estrutura técnica, pessoal e logística. Já a possibilidade de consórcios intermunicipais ou convênios foi considerada juridicamente e administrativamente inviável, diante da complexidade de gestão compartilhada, descompasso de cronogramas e restrições legais. A contratação, portanto, respeita plenamente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, supremacia do interesse público e planejamento, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Está também alinhada aos objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, especialmente nas áreas de infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento e sustentabilidade.

Ademais, o planejamento da contratação foi embasado em dados objetivos, orçamentos de referência (SINAPI, SICRO, SBC), cronogramas físicos e financeiros detalhados, e estimativas técnicas fundamentadas. Ainda que não prevista originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA), sua inclusão emergencial se justifica pela formalização superveniente do convênio estadual no ano de 2025, o que configura uma demanda legítima, vinculada à oportunidade de investimento externo e de alta relevância para o município. Assim, recomenda-se a formalização do processo de contratação por meio de licitação, com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, de modo a viabilizar a execução tempestiva e eficiente das obras previstas, garantindo que os investimentos em saneamento básico sejam acompanhados por soluções estruturadas de recomposição viária, com reflexos positivos e duradouros para a qualidade de vida da população ji-paranaense.

É de interesse da administração pública que o processo seja licitado como serviço comum de engenharia na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** e posterior seja emitida a confecção da Ata de Registro de Preço - ARP sob a aferência do metro (m) executado:

Valor total da composição de custo: R\$ 12.219.184,87 dividido pelo valor total de metros a serem executados: 67.000, assim temos o seguinte item para embasar o certame licitatório:

Item	Descrição	Unidade	Valor unitário
01	Recuperação de valas de esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ	Metro	182,37

CAPÍTULO V - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais, visando garantir a adequada recomposição asfáltica com CBUQ nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO impactadas pelas obras de implantação das redes de esgotamento sanitário:

Requisitos Técnicos

- Material de recomposição: deverá ser utilizado Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e normas do Sistema de Custo Rodoviário (SICRO);
- Camadas de pavimentação: execução de base e sub-base com brita graduada simples (BGS), base estabilizada granulometricamente e posterior aplicação do revestimento asfáltico em CBUQ, com controle de compactação;
- Ensaios técnicos obrigatórios;
- Ensaio Proctor;
- Densidade in situ nas camadas de sub-base e base;
- Pintura de ligação: execução de pintura de ligação antes da aplicação da massa asfáltica;
- Aquisição e transporte de insumos: incluindo emulsões asfálticas (RR-1C), CAP 50/70 e CM-30;
- Execução conforme normas técnicas de segurança e ambientais, incluindo licenciamento de jazidas, PGR, PCMSO, PRAD e ART.

Requisitos Operacionais

- Prazo de execução: o prazo de execução será estabelecido para cada etapa ou Ordem de Serviço emitida, considerando-se a complexidade técnicas;
- Extensão prevista de recomposição: aproximadamente 67.000 metros lineares de valas;
- Local de execução: vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO;
- Responsabilidade pela execução: empresa contratada por meio de processo licitatório, sob fiscalização técnica da Prefeitura;
- Infraestrutura de apoio: deverá ser previsto o uso de contêineres, veículos de apoio, banheiros químicos e alimentação para a execução dos serviços;
- Declaração de vistoria pelos licitantes ao local de execução do objeto.

Requisitos Legais e Contratuais

- Execução indireta por empresa contratada, conforme regime de empreitada por preço unitário;
- Licenciamento ambiental exigido para uso de jazidas, com emissão das respectivas autorizações legais conforme CONAMA 237/97 e legislação estadual;
- Apresentação de ART por profissionais responsáveis pelos serviços técnicos;
- Atendimento às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR 1, NR 7, NR 9, NR 18);
- Conformidade com as regras do convênio firmado com o Estado de Rondônia, com prestação de contas e vinculação dos recursos públicos ao objeto pactuado;
- Acompanhamento físico-financeiro mensal, com medições realizadas pela fiscalização e repasses proporcionais ao avanço dos serviços.

A essencialidade dessas exigências decorre de:

a) Garantia da Solidez e Segurança da Obra: O objeto da contratação (recomposição asfáltica) é um serviço de engenharia que afeta diretamente a infraestrutura viária e a segurança da população. O Art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a responsabilidade objetiva do Contratado pela solidez e segurança da obra pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos. Para que a Administração possa fiscalizar e exigir essa responsabilidade, é fundamental que as especificações estejam baseadas em padrões nacionais consolidados (DNIT/SICRO para infraestrutura de transportes e ABNT para materiais).

b) Ciclo de Vida do Objeto: A conformidade com normas oficiais assegura que o pavimento refeito atinja o desempenho e a durabilidade esperados, evitando vícios, defeitos ou incorreções, e garantindo que o resultado da contratação seja o mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

c) Padronização e Qualidade: Embora o serviço seja comum de engenharia, a qualidade do asfalto (CBUQ) e das camadas de base exige critérios objetivos de controle (Ensaio Proctor e Densidade) que são definidos justamente por estas normas técnicas. Esta exigência não visa restringir a competição, mas sim garantir um padrão mínimo de qualidade e desempenho essencial para a natureza do serviço.

A ausência de referências a esses padrões oficiais inviabilizaria a medição objetiva da qualidade e comprometeria a durabilidade da via, resultando em sobrecarga futura no orçamento público para manutenção corretiva

CAPÍTULO VI - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por item**, em conformidade com o art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 1385/2024.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação vigente, podendo ser utilizada por outros órgãos ou entidades públicas, conforme previsão editalícia.

DAS DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE:

6.1. Na execução dos serviços deverão ser observadas:

- I Implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil PGRCC, com registros fotográficos e notas fiscais de destinação;
- II Adoção de técnicas que minimizem impacto ambiental, como reaproveitamento de fresado asfáltico;
- III Controle de emissões atmosféricas e de ruído;
- IV Atendimento integral à legislação ambiental aplicável e às licenças pertinentes;
- V Utilização de fornecedores e insumos com certificações de qualidade e sustentabilidade.

Para a habilitação das empresas participantes, serão observados os seguintes critérios de qualificação, em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI;

Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

Cédula de Identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, ou do representante legal da empresa.

Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF FGTS);

Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);

Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

Certidão emitida pela Fazenda Federal, estadual e/ou municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários.

Regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

Na hipótese de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

A boa situação financeira será medida quando os índices de LG, LC e SG forem superiores a 1, obtidos a partir das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG)

Fórmula: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$.

Interpretação: Avalia a capacidade da empresa de pagar todas as dívidas (curto e longo prazo)

Liquidez Corrente (LC)

Fórmula: $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Interpretação: Mede a capacidade de pagar as obrigações de curto prazo.

Solvência Geral (SG)

Fórmula: $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}$

Interpretação: Indica quanto a empresa possui em ativos para cada unidade monetária de dívida total.

A demonstração dos índices econômicos previstos no item acima, poderá ocorrer através de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos.

Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

Obriga-se a contratada possuir em seu quadro técnico permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior habilitado na área de engenharia civil e/ou arquiteto detentor de atestados de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência, devendo ainda, comprovar possuir, no mínimo 01 (um) engenheiro (a) e/ou técnico (a) em segurança do trabalho.

O atestado referido no subitem anterior deverá estar devidamente registrado na entidade profissional competente (Conselho de Classe), ação essa que se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado, nas condições dispostas na RESOLUÇÃO Nº 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014 (CAU) e RESOLUÇÃO Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009 (CREA), e, de acordo com o art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

Para fins de Qualificação Técnico-Operacional exigir-se-á das empresas licitantes, Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional ou Federal de Engenharia e Agronomia - CREA/CONFEA (Lei nº 5.194, de 24.12.66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR (Lei nº 12.378, de 31.12.10), em validade. Em caso de licitante com sede fora do Estado de Rondônia, deverá apresentar visto dos conselhos CREA ou CAU do Estado de Rondônia, no momento da sua contratação, em plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

Na referida certidão, deve constar, em seu rol de Responsáveis Técnicos, profissionais com atribuição reconhecida por entidade de classe competente, quais sejam:

Engenheiro (a) Civil com atribuições pela Lei 12.378/10 e Art. 7º da Resolução 218 de 1973 do CONFEA, e/ou Arquiteto (a) respectivamente, mediante a apresentação de Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física/Profissional, junto ao Conselho de Classe competente, em validade, concomitante comprovar também, aptidão na execução de serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência, mediante a apresentação de CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado.

Não serão considerados válidos as Certidões de Registros e Quitações dos Profissionais, junto ao CREA/CONFEA e/ou CAU/BR, bem como as Certidões de Acervos Técnicos CAT-A, cujos profissionais não estejam relacionados e inscritos no quadro técnico permanente da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL (ACT) em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a **30% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto (ID 2508531)**, conforme [Despacho Engenharia/Semosp de 09/04/2026 \(ID 2590417\)](#), onde é destacado que o item 5.2 aquisição e transporte de CAP 50/70 para Ji-Paraná; cujo valor é de R\$ 3.375.034,59 representa 27,62% do total da obra, que é de R\$ 12.219.184,87.

É admitida a soma de atestados provenientes de serviços prestados a empresas diversas para alcançar o quantitativo mínimo em obras ou serviços com características semelhantes e em proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

OBSERVAÇÃO RELEVANTE EM FACE DE APRESENTAÇÃO DO (S) ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ACT:

Quando emitido por pessoas jurídicas de direito privado, constar os dados do expedidor (data de emissão, nome da razão social, CNPJ, endereço, telefone comercial) e do (s) signatário (s) do documento (nome, CI/RG / CPF, cargo/função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e da indicação da Anotação da Responsabilidade Técnica (nº da ART e/ou RRT);

Quando emitido por pessoa jurídicas de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.

E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 59, parágrafos 2º da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de

atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas fiscais, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, poderão ser solicitados no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado (s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

Também deverão ser apresentadas declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramenta, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação.

Para fins deste Termo de Referência e da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir:

Carteira de Trabalho;

Contrato Social;

Contrato de prestação de serviços;

Contrato de Trabalho registrado na DRT;

CAPÍTULO VII - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Em atendimento ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea j da Lei nº 14.133/2021, declara-se que a presente contratação possui **previsão orçamentária específica** e adequada, conforme as normas que regem o planejamento e a execução orçamentária no âmbito da Administração Pública Municipal.

A dotação orçamentária prevista para custear a contratação encontra-se discriminada conforme Ficha orçamentária SEMOSP detalhada abaixo:

RECURSOS PRÓPRIOS

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infraestrutura Urbana

15 451 0008 ASFALTA JIPA

15 451 0008 1020 0000 Recomposição Asfáltica em CBUQ

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

002.002 Recursos Próprios - Contrapartida

FICHA: 813

RECURSOS CONVÊNIO

02 PODER EXECUTIVO

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15 Urbanismo

15 451 Infraestrutura Urbana

15 451 0008 ASFALTA JIPA

15 451 0008 1020 0000 Recomposição Asfáltica em CBUQ

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

002.423 Recomposição Asfáltica em CBUQ

FICHA: 814

CAPÍTULO VIII - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

As especificações técnicas e os quantitativos dos serviços a serem contratados, encontram-se devidamente detalhados no [Anexo 16 - BDI 22,60% EXECUÇÃO de 11/03/2026 \(ID 2508526\)](#); [Anexo 19 - P.O PREF JIPA 2026 de 11/03/2026 \(ID 2508529\)](#); [Anexo 20 - CFF RECUPER Valas Esgoto 2026 de 11/03/2026 \(ID 2508530\)](#); [Anexo 21 - Curva ABC itens de 11/03/2026 \(ID 2508531\)](#); [Anexo 12 - 9ª Versão Informativo de D.M.T. - Jazida de de 11/03/2026 \(ID 2508522\)](#); [Anexo 18 - M.C PMJP 2025 67000 de 11/03/2026 \(ID 2508528\)](#); [Anexo 22 - ART_RECUPERACAO DE VALAS assinado de 11/03/2026 \(ID 2508532\)](#); [Anexo 10 - Declaração de BDI - 22,60% - Sem CPRB de 11/03/2026 \(ID 2508520\)](#); [Anexo 11 - Declaração de BDI - 13,52% - Sem CPRB e lucro de 11/03/2026 \(ID 2508521\)](#); [Anexo 9 - Declaração de ISSQN - com BDI 22,60% de 11/03/2026 \(ID 2508519\)](#);

A estimativa de quantidades para a contratação foi elaborada com base em levantamentos técnicos, projeções de trechos afetados pelas obras de esgotamento sanitário e parametrizações de produtividade dos serviços, considerando as tabelas de referência SINAPI (05/2025), SBC (05/2025) e SICRO-RO (01/2025).

Os quantitativos refletem as intervenções previstas para a recomposição de 67.000 metros lineares de valas, abrangendo todas as camadas da estrutura do pavimento e os serviços complementares indispensáveis à plena execução da obra.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - SEM DESONERAÇÃO					
ITEM	CÓDIGO	FONTES	NATUREZA DO TRABALHO	UNID	QTDE
1.1	103689	SINAPI	Fornecimento implantação placa de inform de obras com suporte e travessa - 1,50 x 2,00 m	m²	16,00
1.2	9748005-DER	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR' 1, NR 9 e NR 18.	unid	1,00
1.3	9748003-DER	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	unid	1,00
1.4	9748005-DER	Próprio	PCA, PRAD E Licenciamento Ambiental de Jazidas de Cascalho ATÉ 2 HA - Conforme Licenciamento CONAMA - 237/97 - LEI Nº 3941/2016 de 12/12/2016 - Anexo I, ITEM 4 - Sub-Item 4.6	unid	1,00
1.5	Taxa Crea	CREA-RO	ART de orçamento de obra	unid	1,00
1.6	10075	SBC	Locação de container para deposito de ferramentas e materiais diversos - no canteiro de obras	mês	30,00
1.7	0001-I.A	Próprio	Locação de banheiros quimicos para uso dos funcionários - no canteiro de obras	mês	30,00
1.8	10775	SINAPI	Locação de container 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, com 1 sanitário, para escritório, completo, sem divisórias internas	mês	30,00
1.9	COMP 0120	Próprio	Administração local da obra - proporcional ao avanço da obra	%	1
1.10	0004-I.A	Próprio	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,54 t - 93 kW	mês	30,00

			(Apoio)		
1.11	0002-I.A	Próprio	"Proctor e densidade in situ" - ensaio de jazidas	unid	15,00
1.12	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - Sub Base executada pela empresa de implantação da rede de esgoto	unid	670,00
1.13	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - da base de BGS	unid	670,00
2.0			TERRAPLENAGEM		
2.1	4805757	SICRO3	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	12.060,00
2.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Bota Fora	t x Km	146.981,25
2.3	100574	SINAPI	Espalhamento do material de bota fora	m³	15.075,00
3.0			PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ - RECOBRIMENTO DA VALA		
3.1	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - Execução	m³	9.045,00
3.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Massa asfáltica CBUQ	t x Km	74.889,71
3.3	4011353	SICRO3	Pintura de ligação	m²	80.400,00
3.4	4011463	SICRO3	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (Usinagem + Execução) só falta o CAP 50/70	t	9.840,96
3.5	4011219	SICRO3	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida - 100% Proctor modificado	m³	1.206,00
3.6	5914374	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	t x Km	33.466,50
4.0			AQUISIÇÃO DE AGREGADOS MINERAIS		
4.1	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - materiais e equipamentos	m³	9.045,00
4.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Brita Graduada (Usina/Pista)	t x Km	103.248,68

5.0			AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO		
5.1	RR - 1C	ANP	Aquisição e Transporte de Emulsão Asfáltica RR-1C para Ji-Paraná	t	36,18
5.2	CAP 50/70	ANP	Aquisição e Transporte de CAP 50/70 para Ji-Paraná	t	511,73
5.3	CM - 30	ANP	Aquisição e Transporte de Asfalto diluído - CM-30 para Ji-Paraná	t	96,48
			SUB TOTAL		
6.0			RESTAURAÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIARES (ÁGUA)		
6.1	89355	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	300,00
6.2	89375	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	100,00
6.3	89356	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	200,00
6.4	89382	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	60,00
6.5	89357	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	150,00
6.6	89390	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	30,00

Atualmente a execução do fechamento ocorre por parte do Governo do Estado de Rondônia e a expectativa deste processo é a absorção desta demanda por parte da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná que assumirá a execução do serviço. Não restou informado as frentes de trabalho a futuro, porém em razão do serviço estar padronizado, essa informação não compõem o presente estudo.

CAPÍTULO IX - DO DETALHAMENTO DE CUSTOS

Conforme especificado no [Estudo Técnico 34 de 08/04/2026 \(ID 2587879\)](#), consta [Anexo 19 - P.O PREF JIPA 2026 de 11/03/2026 \(ID 2508529\)](#), sendo que os valores constantes trata-se de estimativa do valor da contratação onde a pesquisa de preço será realizada pela Controladoria Geral de Preços CGP de acordo com o Decreto nº 1127/2024.

O valor estimado para a contratação pretendida é de **R\$ 12.219.184,87 (doze milhões, duzentos e dezenove mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos)**, conforme [Anexo 19 - P.O PREF JIPA 2026 de 11/03/2026 \(ID 2508529\)](#) realizadas para elaboração do [Estudo Técnico 34 de 08/04/2026 \(ID 2587879\)](#).

CAPÍTULO X - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

Todo o material estará sujeito a ensaios e inspeções antes de serem utilizados nos serviços, ou após seu depósito, em tempo hábil para início da execução, sem comprometimento do cronograma.

A critério da FISCALIZAÇÃO, e sempre que julgar conveniente, poderão ser solicitados ensaios em laboratório com finalidade de corroborar os critérios de desempenho mínimos exigidos neste Termo de Referência, pelo fabricante ou em Norma Técnica.

Não será admitida a utilização de materiais de diferentes fabricantes numa mesma área de aplicação. A substituição de materiais especificados durante a execução dos serviços deverá ser comunicada antecipadamente à FISCALIZAÇÃO para sua avaliação, mesmo estando esses produtos em conformidade com a especificação.

Os serviços executados em desacordo com as indicações de projeto e recomendações do fabricante e que a FISCALIZAÇÃO julgue de qualidade e desempenhos aquém do especificado, serão de pronto recusados e não considerados para fins de medição, enquanto permanecer a sua incorreção.

Caberá à CONTRATADA executar todos os serviços necessários conforme prescrito nos documentos dos projetos de engenharia de acordo com as normas vigentes sobre cada assunto, orientações e conforme dados fornecidos, necessários para a plena execução dos serviços.

O local da obra deverá ser previamente medido pela CONTRATADA a fim de validar os projetos fornecidos e de garantir a perfeita execução do serviço.

A FISCALIZAÇÃO autorizará o início dos serviços após a aprovação dos produtos e materiais depositados que serão utilizados. Este processo se dará mediante comprovação de conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, assim como memorial descritivo, com as normas regulamentadoras e após o levantamento das condições das áreas que sofrerão as intervenções. É imperativo que o cronograma de serviços seja plenamente observado, razão porque os aludidos produtos deverão ser apresentados em tempo hábil de serem examinados e aprovados.

Todos os serviços e procedimento deverão seguir rigorosamente a Norma Regulamentadora nº 18 (NR 18), que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, assim como os Programas de Prevenção de Risco Ambiental, Plano de Gerenciamento de resíduos da Construção Civil e Programa de Controle Médico e Saúde ocupacional. Todos os funcionários deverão utilizar todos os EPIs que as atividades demandem. A não utilização de EPIs poderá resultar na paralisação dos serviços a mando da fiscalização.

CAPÍTULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cumprir com o objeto do instrumento contratual, as determinações previstas no memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, objeto deste Termo de Referência constante no Apêndice/Anexo, bem como garantir, a proteção e a conservação de todos os serviços até seu recebimento definitivo;

Após exame minucioso das especificações técnicas dos projetos, planilhas, quantitativos, dentre outros, assinar o CONTRATO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, assumindo total responsabilidade sobre a execução da obra, objeto deste Termo de Referência;

Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, quaisquer problemas relacionados ao cumprimento do contrato durante a sua vigência ou acontecimentos que impeçam a CONTRATADA, mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do contrato;

Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, decorrente de modificações de quantitativos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, de acordo com o artigo 124, 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigido no presente Termo de Referência, cumprindo os prazos e condições estabelecidas, assumindo total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização dos trabalhos, sob critério da Lei 14.133/2021, observado o artigo 618, parágrafo único, do Código Civil;

Responsabilizar-se-á por todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, especificamente a utilização de EPI(s), sem nenhum ônus adicional para o contratante;

Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE acerca dos serviços contratados e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;

Executar os serviços contratados seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;

Orientar o Contratante quanto a melhores práticas aplicáveis à execução do serviço;

Apresentar o preposto da empresa para a execução dos serviços;

Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado Executar os serviços conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;

Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação dos serviços, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do Contratante;

Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços;

A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas;

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;

Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela CONTRATANTE;

Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

Consoante o que determina o inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, especialmente as condições de habilitação e qualificação exigidas no Ato Convocatório;

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar que os procedimentos prescritos pela ABNT e pelo Fabricante dos produtos sejam seguidos.

A CONTRATADA deverá executar os serviços dentro dos prazos que se seguem. Caso as obrigações não sejam cumpridas dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita á multa estabelecida no contrato.

Apresentar ao fiscal do contrato, na ocorrência de falhas, relatório completo indicando seus motivos, bem como os métodos e práticas adotadas para sua solução, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da notificação.

Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.

Prestar os serviços dentro de parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Comunicar ao Fiscal do Contrato e/ou outro competente, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

Os casos excepcionais serão avaliados pela CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas. Devendo também, conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

CAPÍTULO XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, obriga-se a exercer ampla, irrestrita e permanente FISCALIZAÇÃO de todas as fases da execução dos serviços, objeto deste projeto básico, e do comportamento do pessoal da CONTRATADA, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;

Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da CONTRATADA;

Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relativos à execução do objeto da contratação;

Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas estabelecidas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT, demais, normas e condições contratuais;

Assegurar que os serviços descritos neste instrumento somente sejam realizados unicamente pela CONTRATADA, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;

Realizar rigorosa conferência das características dos serviços prestados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou materiais/bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;

Preservar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nos termos do art. 124, I e II, d da Lei 14.133/2021, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia (DOE) e na Imprensa Oficial da União (DOU), quando necessário;

Efetuar o pagamento a CONTRATADA, depois de constatadas as regularidades fiscais e trabalhistas, e nas demais condições convencionadas neste projeto básico e no Instrumento Convocatório.

CAPÍTULO XIII - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratual ocorrerá mediante prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência, de acordo com a necessidade da Administração, formalizada por meio da emissão de Nota de Empenho ou Requisição de Fornecimento.

A empresa contratada terá até **10 (dez)** dias para iniciar a prestação de serviço, após o recebimento da Ordem de Serviço.

Os prazos do presente instrumento poderão ser prorrogados, caso haja prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Repasse e se preenchidas as exigências do artigo 105 da Lei Federal N° 14.133/2021 e caso seja de interesse e necessidade pública devidamente comprovada, demonstrados nos autos e autorizados pela autoridade competente antes do término de sua vigência.

A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do Cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

A eficácia do instrumento contratual é condicionada à publicação de seu extrato na forma e prazos previstos pelo Art. 89, § 1º, da Lei Federal N° 14.133/21.

Após a conclusão da obra, a mesma deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, e em perfeita condição de utilização. Uma vistoria final deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da prestação de serviços, acompanhada pela comissão de acompanhamento e fiscalização nomeada para este fim. Será então firmado o TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO, de acordo com o Art. 140 inciso I, alínea a, da Lei N° 14.133/21, de 01 de abril de 2021, onde deverão constar todas as pendências e/ou problemas verificados na vistoria. Todas e quaisquer imperfeições decorrentes dos serviços prestados, deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

Todo e qualquer ônus decorrente da prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ela reparar ou ressarcir ao MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ caso ocorram imprevistos na execução dos trabalhos, que tragam prejuízos.

Na execução dos serviços faz-se necessário que a CONTRATADA utilize ferramentas adequadas e mantenha em seus quadros profissionais capacitados e em número suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por qualquer motivo (férias, licenças, faltas ao serviço, etc.).

Os serviços prestados poderão ser conferidos a qualquer momento pela fiscalização, inclusive sendo solicitados ensaios e testes para aferir a qualidade dos materiais. A conferência será realizada com base nas normas aplicáveis da ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) e do fabricante, os testes correrão por conta da CONTRATADA.

Os serviços prestados deverão ser executados conforme especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

A contratante receberá provisoriamente a parcela da obra no prazo de 10 dias, pelo responsável indicado pelo gestor da pasta, para seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do inciso I do art. 140 da Lei 14.133/2021.

A contratante receberá definitivamente a parcela da obra no prazo de 30 dias, pelo servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso II do art. 140 da Lei 14.133/2021.

A subcontratação parcial do objeto está descrito no Capítulo XXII deste Termo de Referência.

A execução do objeto observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade, assegurando que os serviços prestados estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e atendam plenamente às necessidades da Administração.

A execução do objeto da presente contratação, dar-se-á em conformidade com o disposto no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 1385/2024, bem como nas normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

A contratada, adjudicatária do certame, deverá cumprir fielmente todas as obrigações assumidas, garantindo que a execução ocorra de modo a preservar o interesse público, a segurança da população e a sustentabilidade ambiental, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade e moralidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Do recebimento provisório e definitivo

Nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, a Administração procederá a duas modalidades de recebimento:

Recebimento provisório, em que, no ato após a prestação do serviço, será verificada a qualidade e quantidade do serviço prestado, bem como a documentação necessária para pagamento;

b) Recebimento definitivo, após a realização de testes de qualidade, aferição das especificações técnicas e assinatura do termo de recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

Caso constatadas falhas ou desconformidades, será lavrado relatório circunstanciado e a contratada deverá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, providenciar os reparos, substituições ou complementações necessárias, sem qualquer ônus para a Administração.

Da responsabilidade pela execução

A contratada assume inteira responsabilidade pela boa execução do objeto, inclusive pelos danos causados diretamente ou indiretamente à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente, decorrentes de dolo, culpa ou inobservância das normas técnicas aplicáveis.

Deverá, ainda, cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

CAPÍTULO XIV - CONTROLE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O controle e a fiscalização da execução decorrente do registro de preços serão realizados com o objetivo de assegurar a conformidade dos serviços, bem como o fiel cumprimento das condições contratuais estabelecidas neste Termo de Referência e nos instrumentos convocatórios correspondentes.

A execução será acompanhada por um ou mais servidores designados formalmente pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ji-Paraná/RO, os quais atuarão como fiscais e/ou gestores do contrato, conforme previsto nos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021.

Os agentes designados deverão possuir qualificação compatível com a natureza das atribuições, sendo responsáveis pelo controle técnico, administrativo e operacional da execução contratual, nos termos das normativas internas e da legislação vigente.

A verificação da conformidade dos materiais e dos serviços prestados deverá considerar os critérios técnicos e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade, especificações, prazos de entrega e condições de recebimento.

Caberá ao(s) fiscal(is) ou gestor(es) registrar formalmente todas as ocorrências relevantes verificadas durante a execução contratual, inclusive inconformidades, adotando as providências necessárias para garantir a regularidade da entrega e a correção tempestiva de falhas.

O descumprimento, total ou parcial, das obrigações pactuadas por parte do fornecedor poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, no edital de licitação e na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e rescisão contratual, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

A gestão e a fiscalização da execução deverão ser realizadas de forma sistemática, contínua e preventiva, observando-se a separação de funções e o volume de trabalho atribuído aos responsáveis, conforme diretrizes de governança contratual estabelecidas pela Administração Pública.

A gestão do contrato decorrente desta licitação observará as disposições dos artigos 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021, sendo realizada por servidores formalmente designados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP.

O gestor do contrato terá como atribuições principais:

- I acompanhar a execução contratual sob os aspectos técnicos, administrativos e operacionais;
- II verificar a conformidade dos serviços prestado com as especificações deste Termo de Referência;
- III manter registro atualizado de todas as ocorrências relevantes durante a execução;
- IV atestar os recebimentos provisórios e definitivos, condicionando o pagamento à conformidade integral do objeto;
- V recomendar a aplicação de sanções administrativas em caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

O gerenciamento do contrato será contínuo e preventivo, com registros formais em relatórios de fiscalização, permitindo a rastreabilidade das entregas, a economicidade da execução e a transparência dos atos administrativos.

O exercício da fiscalização ou da gestão do contrato não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, regularidade e conformidade dos bens fornecidos.

O(s) fiscal(is) e/ou gestor(es) deverão monitorar constantemente o cumprimento das condições pactuadas, zelando pela manutenção da qualidade dos serviços prestados e pela correção de quaisquer irregularidades ou inadequações detectadas durante a execução do objeto.

A omissão de manifestação por parte da Administração quanto a eventuais falhas ou irregularidades não exime a contratada das responsabilidades assumidas, permanecendo plenamente exigíveis todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XV - DA GARANTIA

Este capítulo rege-se pelos princípios e normas estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no que tange à responsabilidade do contratado quanto à qualidade, funcionamento, durabilidade e assistência técnica dos serviços fornecidos, sem ônus adicionais para a Administração.

O artigo 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

A Administração, a critério da autoridade competente e mediante previsão no edital, exigirá a prestação de garantia para a fiel execução das obrigações assumidas pelo Contratado na execução dos serviços de engenharia.

O Contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme o Art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- b) Seguro-garantia, com prazo de vigência igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal.
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

VALOR E VIGÊNCIA DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

O valor da garantia de execução será de até 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 98 da Lei 14.133/2021.

A garantia deverá ser mantida vigente durante todo o prazo de execução e de vigência do contrato, inclusive durante o prazo de garantia objetiva de 5 (cinco) anos para a solidez e segurança da obra, nos termos do § 6 do art. 140 da Lei 14.133/2021, que, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução do objeto do contrato.

A garantia prestada somente será liberada ou devolvida após o recebimento definitivo do objeto e o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, incluindo as responsabilidades remanescentes relativas a vícios ou defeitos

VALOR E VIGÊNCIA DA GARANTIA DO OBJETO

O valor da garantia do objeto será de até 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme § 6 do art. 140 da Lei 14.133/2021.

A garantia deverá ser mantida vigente durante todo o prazo de garantia objetiva de 5 (cinco) anos para a solidez e segurança da obra, nos termos do § 6 do art. 140 da Lei 14.133/2021, que, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução do objeto do contrato.

A garantia prestada somente será liberada ou devolvida após o recebimento definitivo do objeto e o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, incluindo as responsabilidades remanescentes relativas a vícios ou defeitos

CAPÍTULO XVI - DA FORMALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Antes da liberação do saldo de ata, será obrigação da contratante a indicação das ruas/trechos e metragens, com a apresentação do respectivo projeto executivo, indicando ainda o prazo para a conclusão da etapa, conforme Art. 46, §1º da Lei 14.133/2021.

A vigência da ata será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e Diário Oficial do Município, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n. 11.462/2023 c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal n. 1385/2024. Além disso, considerando a previsão de prorrogação da ata de registro de preços, necessário constar expressamente que com a prorrogação da avença, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas;

Homologado o resultado da licitação, Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições nela estabelecidas.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência e no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no Edital e no contrato e das demais cominações legais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

Em razão da possibilidade de fracionamento, em virtude da ata de registro de preço, será necessário que em cada liberação de etapa seja confeccionado contrato específico, visando resguardar tanto a administração pública, quanto o contratado.

Caberá à detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

De acordo com o Decreto Municipal n. 1385, art. 26:

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata. § 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por

órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Após a autorização do Município de Ji-Paraná, o Órgão Não Participante ou carona deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação e seus anexos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 10 (dez) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://Portal.de.Servicos(ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada justificativa dentro do prazo e que seja aceita pelo Órgão

Gerenciador.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CAPÍTULO XVII - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços serão fixos e irredutíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas nas alíneas do inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/21.

Os preços registrados poderão ser reequilibrados, nos termos da alínea d do inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021, para reestabelecimento do equilíbrio-econômico financeiro em caso de, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Ainda, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados decorrer de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, conforme art. 25 do Decreto Federal n. 11.462/2023 e seus incisos I a III.

CAPÍTULO XVIII - DO REAJUSTE

O artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 trata da definição da data-base para a contagem da periodicidade anual do reajuste nos contratos administrativos. Segundo esse dispositivo, a data-base para o reajuste deve ser a data do orçamento, ou seja, a data em que o orçamento foi elaborado ou aprovado. Isso significa que o cálculo do reajuste anual deve considerar essa data como marco de referência, garantindo maior previsibilidade e uniformidade na aplicação dos reajustes ao longo do contrato.

Os preços registrados poderão ser reajustados, para mais ou para menos, com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), ou outro índice que venha a substituí-lo, após decorrido o período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento ou da proposta utilizada na licitação, nos termos do art. 82, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 25, inciso III, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, conforme orienta a Lei Federal nº. 14.133/21, art. 124, inciso I.

CAPÍTULO XIX - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CAPÍTULO XX - SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação parcial do objeto será admitida, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, limitada às atividades acessórias e complementares que não comprometam a execução principal do objeto, a responsabilidade técnica e a qualidade dos serviços contratados.

A subcontratação será admitida até o limite máximo de até **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, restrita às parcelas acessórias ou complementares, tais como:

- transporte de materiais;
- ensaios laboratoriais;
- serviços auxiliares de apoio operacional.

É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como da parcela de maior relevância técnica e valor significativo, especialmente as atividades relacionadas à execução dos serviços de recomposição asfáltica com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), incluindo: os serviços preliminares; terraplenagem; pavimentação com CBUQ-recobrimento de vala; aquisição de agregados minerais; aquisição de agregados minerais; aquisição de material betuminoso; restauração de ligações domiciliares (água).

Tais atividades deverão ser executadas diretamente pela empresa contratada, em razão de sua relevância técnica e impacto direto na qualidade, durabilidade e desempenho do pavimento.

A eventual subcontratação deverá ser formalmente comunicada e previamente aprovada pela Administração, mediante apresentação da documentação comprobatória da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e técnica da empresa subcontratada, bem como da demonstração de sua capacidade técnica compatível com a parcela a ser executada.

A empresa contratada permanecerá integralmente responsável pela execução total do objeto, respondendo perante a Administração por todos os serviços executados, inclusive aqueles realizados por subcontratadas, bem como por quaisquer danos decorrentes da execução contratual.

A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, permanecendo a contratada como única responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, ambientais, civis e de segurança, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a transferência de responsabilidades à Administração.

A Administração poderá, a qualquer tempo, recusar ou determinar a substituição da subcontratada, caso verifique descumprimento das condições contratuais, inadequação técnica ou risco à adequada execução dos serviços.

CAPÍTULO XXI - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Na execução dos serviços deverão ser observadas:

I Implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil PGRCC, com registros fotográficos e notas fiscais de destinação;

II Adoção de técnicas que minimizem impacto ambiental, como reaproveitamento de fresado asfáltico;

III Controle de emissões atmosféricas e de ruído;

IV Atendimento integral à legislação ambiental aplicável e às licenças pertinentes;

V Utilização de fornecedores e insumos com certificações de qualidade e sustentabilidade os princípios da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento nacional sustentável, conforme disposto nos arts. 5º, e 11, IV da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010, promovendo a economia de recursos naturais, a redução de resíduos e a preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO XXIII - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deve, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação do maior número possível de licitantes. No presente caso, após análise técnica, concluiu-se pela inviabilidade de parcelamento do objeto, mantendo-se o certame **estruturado por item único, com julgamento do tipo menor preço por item**.

O objeto em análise, caracteriza-se como uma solução técnica integrada, composta por etapas interdependentes e inseparáveis.

O fracionamento em partes, como, por exemplo, a separação entre fornecimento e instalação, comprometeria a padronização dos equipamentos, a coerência técnica e estética das unidades, a rastreabilidade contratual e a responsabilidade unificada pela execução, garantia e manutenção.

De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, o parcelamento do objeto não deve ser adotado quando puder comprometer a integridade técnica, a eficiência ou a economicidade da contratação. Assim, constatou-se que a execução integral do objeto, sob responsabilidade de um único fornecedor, assegura economia de escala, redução de custos logísticos e simplificação de gestão contratual, em consonância com o dever de eficiência estabelecido no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, considerando que a presente licitação será conduzida sob o Sistema de Registro de Preços SRP, cujo objetivo é permitir contratações futuras e eventuais de bens e serviços padronizados, o fracionamento indevido do objeto comprometeria a coerência técnica e a aplicabilidade da Ata de Registro de Preços.

No que tange ao tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ressalta-se que a reserva de cotas ou divisão de itens somente é obrigatória quando o parcelamento do objeto for tecnicamente viável e não comprometer a execução contratual.

No presente caso, a natureza integrada e indivisível do objeto impede a fragmentação sem prejuízo à execução, o que inviabiliza a reserva de cotas ou a aplicação de preferências específicas.

Dessa forma, e com base nos dispositivos legais, não será concedida preferência de contratação a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI), em razão da inexistência de viabilidade técnica e operacional para o parcelamento do objeto.

Conclui-se, portanto, que a contratação integral, representa a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração, garantindo a padronização, a responsabilidade técnica unificada e o atendimento integral ao interesse público.

CAPÍTULO XXIV - DA VIGÊNCIA DA ATA

O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

CAPÍTULO XXV - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 137 da Lei 14.133/2021, constituirão motivos para a extinção unilateral do contrato a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções cabíveis, às seguintes situações, sendo as duas primeiras consideradas inexecução total ou parcial:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.

- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do Contratado.
- e) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, que sejam impeditivos da execução do contrato.
- f) Razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante.
- g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

DIREITO À EXTINÇÃO POR PARTE DO CONTRATADO (Art. 137, § 2º, NLLC)

O Contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses, desde que a causa não seja atribuível à sua própria conduta:

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021 (acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado).
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses.
- c) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações da Administração relacionadas a desapropriação ou licenciamento ambiental.

Nos casos de extinção decorrente de culpa exclusiva da Administração (hipóteses acima), o Contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito à devolução da garantia, ao pagamento dos valores devidos pela execução até a data de extinção, e ao pagamento do custo da desmobilização.

FORMAS DE EXTINÇÃO

A extinção do contrato poderá ser, a luz do art. 138 da Lei 14.133/2021:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração.
- II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação ou por mediação, desde que haja interesse da Administração.
- III - Determinada por decisão arbitral (em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral) ou por decisão judicial.

A extinção unilateral determinada pela Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções, a assunção imediata do objeto, a ocupação e utilização do local, das instalações e do pessoal empregados, e a execução da garantia contratual para ressarcimento de prejuízos.

CAPÍTULO XXVI - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por medição dos serviços efetivamente executados, conforme cronograma do Anexo PLANO_DE_TRABALHO_REV_03.2 de 11/03/2026 (ID 2508627), acompanhado de Notas Fiscais, emitida em 02 (duas) vias pela Contratada, devendo constar no corpo da mesma:

- a descrição do objeto;
- o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório

A unidade de medição e pagamento para os serviços de recomposição asfáltica será o **Metro (m)** linear executado (Recuperação de valas de esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ).

O pagamento será realizado de acordo com as **etapas de execução** estabelecidas nas respectivas **Ordens de Serviço (OS)**, devendo a medição refletir o volume de serviços quantitativa e qualitativamente aceitos pela Administração em cada período, conforme o cronograma físico-financeiro da etapa.

Os critérios e a periodicidade da medição, bem como o prazo para liquidação e para pagamento, serão estabelecidos no contrato, em conformidade com o Art. 92, incisos V e VI, da Lei nº 14.133/2021. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, a medição será preferencialmente mensal, sempre que compatível com o regime de execução

O pagamento será efetuado em parcela única mediante apresentação de Nota Fiscal.

No caso de Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela correta no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

O prazo para pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração, será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual SEFIN, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos. As certidões também podem ser positivas com Efeito de Negativa.

CAPÍTULO XXVII - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão do Contrato decorrente do objeto deste Termo de Referência será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, a qual irá gerenciar a execução de contratos, identificar riscos e acompanhar o cronograma, custos e atividades envolvidas, para atingir o resultado financeiro, prazo, escopo e qualidade previstos.

A Fiscalização e acompanhamento da execução contratual ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras, mediante nomeação de servidor ou comissão especialmente designada para este fim, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

Ao término dos trabalhos, a comissão designada deverá elaborar Termo Provisório de Recebimento, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, conforme determina art. 140, I, a, da Lei Federal nº14.133/2021.

Verificada a execução do objeto contratado, a comissão designada deverá elaborar o Termo Definitivo de Recebimento assinado pelas partes, observando o disposto no art.119 e art.140, I. b, da Lei Federal nº14.133/2021.

A Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material

inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021. Na Fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal do contrato atenderá às disposições constantes do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

CAPÍTULO XXVIII - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EVENTUAL CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados até a conclusão do [PLANO DE TRABALHO_REV_03.2 de 11/03/2026 \(ID 2508627\)](#), compreendendo assim 912 dias de execução, que quando acrescidos de mais 30 dias, totalizam 942 dias de vigência, desde que devidamente justificado pela Administração e comprovada a vantagem da prorrogação, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

A adjudicatária, após regularmente convocada pela Administração, deverá assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceitação da Administração, desde que apresentado motivo justificado.

Dessa forma, o prazo de execução será estabelecido para cada etapa ou Ordem de Serviço emitida, considerando-se a complexidade técnica, a extensão da área a ser recuperada, as condições climáticas, a necessidade da Administração e o cronograma físico detalhado a ser elaborado pela contratada e aprovado pela fiscalização.

Cada Ordem de Serviço deverá conter, de maneira expressa:

I o prazo de início dos serviços;

II o prazo de conclusão, **expresso em dias corridos**, não sendo admitida previsão em meses;

III o detalhamento do trecho, metrageamento, quantitativos previstos, metodologia executiva e demais elementos técnicos necessários para a perfeita compreensão da etapa contratada;

IV indicação dos responsáveis técnicos e das condições de mobilização exigidas.

CAPÍTULO XXIX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

29.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

29.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

29.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

29.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

29.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

29.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

29.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

29.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

29.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

29.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

29.1.5. Fraudar a licitação

29.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

29.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

29.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

- 29.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 29.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 29.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 29.2.1. Advertência;
- 29.2.2. Multa;
- 29.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 29.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 29.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 29.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 29.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 29.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 29.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 29.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 29.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 29.4.1. Para as infrações previstas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 29.4.2. Para as infrações previstas nos itens 29.1.4, 29.1.5, 29.1.6, 29.1.7 e 29.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 29.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 29.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 29.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 29.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 29.1.4, 29.1.5, 29.1.6, 29.1.7 e 29.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 29.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 29.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 29.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 29.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 29.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e

decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

29.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

29.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CAPÍTULO XXX - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

30.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

30.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto;

30.1.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;

30.1.3. comportar-se de modo inidôneo; ou

30.1.4. cometer fraude fiscal.

30.2. Em razão do atraso na execução do objeto, a Administração Pública pode aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

30.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

30.2.2. Multa moratória de:

30.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela com atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

30.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

30.2.3. Multa compensatória:

30.2.3.1. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese:

30.2.3.2. Inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 10% do valor contrato;

30.2.3.3. Inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 20% do valor contrato;

30.2.3.4. 0,2% a 3,2% do valor do contrato, caso as licitantes causem tumultos ou atrasos ao procedimento licitatório, caso a vencedora do certame deixe de assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo

30.2.3.5. de validade da proposta, ou em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais/legais;

30.2.3.6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, de modo justificado, autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

30.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

30.3.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos;

30.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

30.4. As sanções previstas nos subitens 30.3.1 e 30.3.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, após regular processo administrativo.

30.5. Também fica sujeitas às penalidades do art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

30.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

30.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

30.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

30.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que

assegurar o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, devendo observar as seguintes circunstâncias:

30.6.1. A natureza e a gravidade da infração;

30.6.2. Os prejuízos que a infração ocasionar a este Município ou aos usuários;

30.6.3. A vantagem auferida em virtude da infração;

30.6.4. Os antecedentes da empresa; e

30.6.5. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes.

30.7. Na ocorrência de infrações leves, as quais não acarretem prejuízos ao Município, constatando-se a boa-fé da empresa, a autoridade competente poderá converter a aplicação da penalidade de multa em advertência.

30.8. A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão do prazo de 10 (dez) dias para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará:

30.8.1. Caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada;

30.8.2. Nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior.

30.9. A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência.

30.10. Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor remanescente da obra, cujo montante não poderá exceder:

30.10.1. - a R\$ 1.000,00 (mil reais), em contratos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;

30.10.2. - a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em contratos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;

30.10.3. - a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em contratos com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.

30.11. Caso a ausência de regularidade seja constatada no momento de eventual prorrogação contratual, o contrato não poderá ser prorrogado, sendo fixada multa de até 5% do saldo remanescente da obra.

30.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

30.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

30.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

30.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

30.16. O Município de Ji-Paraná poderá, havendo perigo de dano, efetuar a retenção do valor de possível multa, em face dos pagamentos devidos à contratada, previamente à instauração do processo de apuração de falta, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

30.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

30.18. A aplicação das penalidades será de competência do Secretários Municipais, com exceção da declaração de inidoneidade que será de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO XXXI - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

O prazo de vigência do Termo de Convênio nº 544/2025/PGE-SEOSP, é de 30 (trinta meses) meses, **a contar da data de liberação dos recursos**, data da assinatura do Termo: 29/12/2025; Comprovante de depósito em conta [Anexo comprovante de depósito de 16/03/2026 \(ID 2520297\)](#);

A vigência do convênio poderá ser prorrogada por iniciativa do CONVENIENTE, mediante requerimento específico protocolizado com antecedência mínima de trinta (30) dias, o qual terá as razões de interesse público que justificam o pedido, devendo a solicitação ser instruída com relatório demonstrativo da situação atualizada da execução do objeto, e desde que observado o disposto na Cláusula Sétima do [Anexo Termo-DE_CONVENIO_n_544-2025-PGE-SEOSP de 11/03/2026 \(ID 2508626\)](#).

CAPÍTULO XXXII - DA LEGALIDADE

A licitação, os Contratos, as Notas de Empenhos de Aquisição e os pagamentos deverão obedecer e cumprir as seguintes legislações:

Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00;
Lei Federal nº 4.320/64;
Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações;
Decreto Municipal nº 1384/24 e 1385/24;
Decreto Federal nº 11.462/23

CAPÍTULO XXXIII - ANEXOS

Acompanha este Termo de Referência os seguintes anexos:

- Relação de ruas a serem executadas - 1º Distrito ([ID 2508512](#));
- Relação de ruas a serem executadas - 2º Distrito ([ID 2508513](#));
- Justificativa da readequação da planilha ([ID 2508514](#));
- Termo aditivo DER ([ID 2508515](#));
- Termo de cooperação técnica ([ID 2508516](#));
- Memorial Descritivo de recuperação das valas de esgoto ([ID 2508518](#));
- Declaração de ISSQN ([ID 2508519](#));
- Especificação de serviço ([ID 2508543](#));
- Declaração de BDI - 22,60% ([ID 2508520](#));
- Declaração de BDI - 13,52% ([ID 2508521](#));
- Informativo de DMT ([ID 2508522](#));
- Item RR-1C ([ID 2508523](#));
- Item CM-30 ([ID 2508524](#));
- Item CAP 50/70 ([ID 2508525](#));
- Composição de BDI - Execução ([ID 2508526](#));
- Composição de BDI - Materiais ([ID 2508527](#));
- Memória de cálculo dos quantitativos da planilha ([ID 2508528](#));
- Planilha orçamentária ([ID 2508529](#));
- Cronograma físico financeiro ([ID 2508530](#));
- Curva ABC ([ID 2508531](#));
- Termo de convênio ([ID 2508626](#));
- Plano de trabalho ([ID 2508627](#));
- Declaração de contrapartida ([ID 2508628](#));

Elaborado por: Pedro Henrique Gonçalo de Farias

Aprovado por: Valquiria Rodrigues Luz de Andrade

Ji-Paraná/RO, na data assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS, ASSESSOR (A) NIVEL I - SEMOSP**, em 09/04/2026 às 13:34, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 09/04/2026 às 14:08, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).





Documento assinado eletronicamente por **DURVAL BARTOLOMEU TRIGUEIRO MENDES JUNIOR, ENGENHEIRO - ADM**, em 10/04/2026 às 08:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2587999** e o código verificador **0B5DED8F**.

Referência: [Processo nº 1-5688/2026](#).

Docto ID: 2587999 v1

		PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ						
		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
OBRA:		Recomposição Asfáltica com CBUQ					Preços: Sem Desoneração	
LOCAL:		Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná/RO					Sistema de Custos: SINAPI - 05/2025 - Rondônia SBC - 05/2025 - Rondônia SICRO3 - 01/2025 - Rondônia	
TRECHO:		Diversos						
EXTENSÃO:							67.000,00 metros	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - SEM DESONERAÇÃO							Data:	Janeiro de 2026
ITEM	CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DO TRABALHO	UNID	QTDE	CUSTO UNIT	Total	
MAO DE OBRA E EQUIPAMENTOS								
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	103689	SINAPI	Fornecimento implantacao placa de informação de obra com suporte e travessa - 4,00 x 2,00 m	m²	16,00	465,22	7.443,52	
1.2	9748005-DER	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR's 1, NR 9 e NR 18.	unid	1,00	4.813,35	4.813,35	
1.3	9748003-DER	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	unid	1,00	3.365,81	3.365,81	
1.4	9748005-DER	Próprio	PCA, PRAD E Licenciamento Ambiental de Jazidas de Cascalho ATÉ 2 HA - Conforme Licenciamento CONAMA - 237/97 - LEI Nº 3941/2016 de 12/12/2016 - Anexo I, ITEM 4 - Sub-Item 4.6	unid	1,00	22.457,63	22.457,63	
1.5	Taxa Crea	CREA-RO	ART de orçamento de obra	unid	1,00	271,47	271,47	
1.6	10075	SBC	Locação de container para deposito de ferramentas e materiais diversos - no canteiro de obras	mês	30,00	1.195,31	35.859,30	
1.7	0001-I.A	Próprio	Locação de banheiros quimicos para uso dos funcionários - no canteiro de obras	mês	30,00	250,00	7.500,00	
1.8	10775	SINAPI	Locação de container 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, com 1 sanitário, para escritório, completo, sem divisórias internas	mês	30,00	1.599,90	47.997,00	
1.9	COMP 0120	Próprio	Administração local da obra - proporcional ao avanço da obra	%	1,00	167.490,00	167.490,00	
1.10	0004-I.A	Próprio	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,54 t - 93 kW (Apoio)	mês	30,00	11.388,65	341.659,53	
1.11	0002-I.A	Próprio	"Proctor e densidade in situ" - ensaio de jazidas	unid	15,00	389,30	5.839,50	
1.12	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - Sub Base executada pela empresa de implantação da rede de esgoto	unid	670,00	85,20	57.084,00	
1.13	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - da base de BGS	unid	670,00	85,20	57.084,00	
SUB TOTAL							758.865,11	
2.0	TERRAPLENAGEM							
2.1	4805757	SICRO3	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	12.060,00	6,84	82.490,40	
2.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Bota Fora	t x Km	146.981,25	0,85	124.934,06	



2.3	100574	SINAPI	Espalhamento do material de bota fora	m³	15.075,00	1,52	22.914,00
SUB TOTAL							230.338,46
3.0	PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ - RECOBRIMENTO DA VALA						
3.1	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - Execução	m³	9.045,00	8,56	77.425,20
3.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Massa asfáltica CBUQ	t x Km	74.889,71	0,85	63.656,25
3.3	4011353	SICRO3	Pintura de ligação	m²	80.400,00	0,29	23.316,00
3.4	4011463	SICRO3	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (Usinagem + Execução) só falta o CAP 50/70	t	9.840,96	218,98	2.154.973,42
3.5	4011219	SICRO3	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida - 100% Proctor modificado	m³	1.206,00	15,30	18.451,80
3.6	5914374	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	t x Km	33.466,50	1,06	35.474,49
SUB TOTAL							2.373.297,16
TOTAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS							3.362.500,73
Percentual de B.D.I - Sem Desoneração				BDI	22,60%		759.925,16
TOTAL COM B.D.I							4.122.425,89
MATERIAIS							
4.0	AQUISIÇÃO DE AGREGADOS MINERAIS						
4.1	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - materiais e equipamentos	m³	9.045,00	296,97	2.686.093,65
4.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Brita Graduada (Usina/Pista)	t x Km	103.248,68	0,85	87.761,37
SUB TOTAL							2.773.855,02
5.0	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO						
5.1	RR - 1C	ANP	Aquisição e Transporte de Emulsão Asfáltica RR-1C para Ji-Paraná	t	36,18	5.167,15	186.947,47
5.2	CAP 50/70	ANP	Aquisição e Transporte de CAP 50/70 para Ji-Paraná	t	511,73	6.595,34	3.375.034,59
5.3	CM - 30	ANP	Aquisição e Transporte de Asfalto diluído - CM-30 para Ji-Paraná	t	96,48	8.046,91	776.365,91
SUB TOTAL							4.338.347,97
6.0	RESTAURAÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIARES (ÁGUA)						
6.1	89355	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	300,00	22,72	6.815,98
6.2	89375	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	100,00	12,62	1.262,00
6.3	89356	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	200,00	26,25	5.249,87
6.4	89382	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	60,00	15,16	909,60
6.5	89357	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	150,00	35,61	5.341,49



6.6	89390	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e ins talação. AF_06/2022	m	30,00	22,32	669,60
SUB TOTAL							20.248,54
			TOTAL DE MATERIAIS				7.132.451,53
			Percentual de B.D.I - Sem Desoneração	BDI	13,52%		964.307,45
			TOTAL COM B.D.I				8.096.758,98
			TOTAL GERAL				12.219.184,87





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	19 - P.O PREF JIPA 2026	11/03/2026

ID: **2508529**

CRC: **B5DF7647**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:27** Finalização: **11/03/2026 16:19:27**

Processo



Documento



MD5: **AE201B31E963D502706296020EB16AC6**

SHA256: **FBDBC9D6D50282991FDB7BE76771E72BCA48DDCF4501A939AE8442B85D1E99E7**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:27
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:27
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:54:29

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508529 e o CRC B5DF7647.



MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS DA PLANILHA									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

85	67	18
74310.47	18000	56310.47

VOLUME DE MATERIAL ESCAVADO	12.060,00	m³
-----------------------------	-----------	----



	Empolamento	25%	3.015,00	m³
	Volume para transporte		15.075,00	m³
	DMT = (centro da ponte rio machado até Pista de carter)			
			6,50	Km
	Densidade do material		1,50	t/m³
	Momento de transporte		146.981,25	t x Km
2.3	4413942	Espalhamento do material de bota fora		
	Volume para espalhamento		15.075,00	m³
3.0	Base de brita graduada			
3.1	Cálculo do volume real de brita graduada para base			
	Extensão de ruas para recuperação (valas)		67.000,00	m
	Largura da faixa de aplicação		0,90	m
	Espessura da base de brita graduada		0,15	m
	Volume de brita graduada compactada		9.045,00	m³
	Volume Real de brita graduada solta		9.045,00	m³
3.2	Cálculo do Volume do concreto betuminoso - CBUQ - para capa de rolamento			
	Momento de transporte da Massa asfáltica - Usina / Pista			
	Peso do CBUQ (Real) =		9.840,96	t
	DMT - Usina / Pista		7,61	Km
	Momento de transporte da Massa asfáltica		74.889,71	t x Km
3.3	Pintura de ligação			
	Cálculo da quantidade de Emulsão			
	Extensão de ruas para recuperação (valas)		67.000,00	m
	Largura da faixa de pintura de ligação		1,20	m
	Área de pintura de ligação		80.400,00	m²
3.5	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida - trechos não pavimentados			
	Extensão de valas com revestimento primário		6.700,00	
	Largura da faixa de aplicação		0,90	m
	Espessura = Espessura da base + capa		0,20	m
	Volume de base de solos estabilizado		1.206,00	m³
3.6	Transporte Local material base da jazida até o canteiro de obras			
	Volume Real de brita graduada solta		1.206,00	m³
	DMT = (centro da ponte rio machado até a jazida)		15,00	Km
	Densidade do material de base		1,85	t/m³
	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia Não	33.466,50	ton x Km
4.0	AQUISIÇÃO DE AGREGADOS MINERAIS			
4.5	Transporte Local da Brita Graduada da Usina de asfalto até o canteiro de obras			
	Volume Real de brita graduada solta		9.045,00	m³
	DMT - Usina de Asfalto / Canteiro de Obras (Ref. Usina ao centro Ponte R.M)		7,61	Km
	Densidade da brita graduada		1,50	t/m³
	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	103.248,68	ton x Km
5.0	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE			
5.1	Fornecimento e transporte de emulsão asfáltica - RR-1C p/ pintura de ligação			
	Cálculo da quantidade de Emulsão			
	Extensão de ruas para recuperação (valas)		67.000,00	m
	Largura da faixa de pintura de ligação		1,20	m
	Área de pintura de ligação		80.400,00	m²
	Taxa de aplicação		0,45	l/m²
	Quantidade de Emulsão RR 1C		36,18	t
5.2	Cálculo do Volume do concreto betuminoso - CBUQ - para capa de rolamento			
	Área de recape de cobertura de valas		80.400,00	m²
	Espessura da capa =		0,05	m
	Volume do CBUQ = Área x espessura		4.020,00	m³
	P. Especif. CBUQ=		2,4 t/m³	
	Peso do CBUQ =		9.648,00	t
	Perda durante o processo de usinagem (dnit) =		2,00%	
	Quantidade de perda		192,96	t
	Peso do CBUQ (Real)=		9.840,96	t
	Momento de transporte da Massa asfáltica - Usina / Pista			
	Peso do CBUQ (Real) =		9.840,96	t
	DMT - Usina / Pista		7,61	Km
	Momento de transporte da Massa asfáltica		74.889,71	t x Km
	Quantidade de CAP - 50/70 e Agregados minerais p/ confecção do CBUQ			
	Traço da Massa - CBUQ			
	Quadro Traço da Massa - CBUQ - faixa "C" do DNIT - Traço utilizado Prefeitura , para 1 Ton.			
	Brita 3/4"=	0,1896	t/t	
	Brita 3/8"=	0,3318	t/t	
	Pó de pedra=	0,4266	t/t	
	Cimento asfáltico =	5,2	%	
	Fornecimento e transporte de cimento asfáltico - CAP-50/70			
	Peso do CBUQ		9.840,96	t
	Taxa de aplicação =		0,052	%
	Peso do cimento asfáltico CAP-50/70 =		511,73	t
5.3	IMPRIMAÇÃO			
	Fornecimento e transporte de Emulsão Asfáltica para imprimação - EAI			
	Cálculo da quantidade de Emulsão - EAI			
	Extensão de ruas para recuperação (valas)		67.000,00	m
	Largura da faixa de pintura de ligação		1,20	m
	Área de imprimação		80.400,00	m²
	Taxa de aplicação		1,2	l/m²
	Quantidade de Emulsão- EAI		96,48	t

				Traço do Dnit
				1,5
Pó de pedra	0,28440	m³	0,4266	
Brita 1 (3/4)	0,12640	m³	0,1896	
Cimento Asfáltico CAP 50/70	0,05200	t		
Óleo combustivel	12,00000	l		
Pedrisco (3/8)	0,22120	m³	0,3318	
			0,948	
			1,00000	





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	18 - M.C PMJP 2025 67000	11/03/2026

ID: **2508528**

CRC: **55E4578F**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:27** Finalização: **11/03/2026 16:19:27**

Processo



Documento



MD5: **2D33070117AB73F65F96EAEDCAE4E32F**

SHA256: **37235EE2F05405FE35055D8F8CDB08663F6186312F2C3CF8F66455586D2A02EE**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:27
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:27
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:55:15

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508528 e o CRC 55E4578F.



OBRA:	Recomposição Asfáltica com CBUQ
LOCAL:	Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná/RO
TRECHO:	Diversos

ITEM		VALOR	%	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08
1.0	Recuperação de Valas de Esgôto - Base BGS + Capa de CBUQ	12.219.184,87	100,00%	365.231,44	609.615,13	609.615,13	609.615,13	487.423,28	487.423,28	365.231,44	365.231,44
				2,99%	4,99%	4,99%	4,99%	3,99%	3,99%	2,99%	2,99%
VALOR TOTAL		12.219.184,87	100,00%								
PERCENTUAIS		SIMPLES		2,99%	4,99%	4,99%	4,99%	3,99%	3,99%	2,99%	2,99%
		ACUMULADO		2,99%	7,98%	12,97%	17,96%	21,95%	25,93%	28,92%	31,91%

	Prefeitura	Governo
3.168.923,40	63.378,47	3.105.544,94
4.995.080,58	99.901,61	4.895.178,97
4.055.180,88	81.103,62	3.974.077,27



12.219.184,87 244.383,70 11.974.801,17
VERDADEIRO

244.383,70 12.219.184,87
VERDADEIRO VERDADEIRO
VERDADEIRO

R\$ 365.231,44 R\$ 609.615,13 R\$ 609.615,13 R\$ 609.615,13 R\$ 487.423,28 R\$ 487.423,28 R\$ 365.231,44 R\$ 365.231,44
R\$ 7.304,63 R\$ 12.192,30 R\$ 12.192,30 R\$ 12.192,30 R\$ 9.748,47 R\$ 9.748,47 R\$ 7.304,63 R\$ 7.304,63

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)						
META	1º Parcela	2º Parcela	3º Parcela	4º Parcela	5º Parcela	6º Parcela
2.0	R\$ 7.304,63	R\$ 12.192,30	R\$ 12.192,30	R\$ 12.192,30	R\$ 9.748,47	R\$ 9.748,47
	7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 4.860,79	R\$ 4.860,79	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63
	13ª Parcela	14ª Parcela	15ª Parcela	16ª Parcela	17ª Parcela	18ª Parcela
	R\$ 9.748,47	R\$ 12.192,30	R\$ 10.019,73	R\$ 10.039,53	R\$ 9.750,91	R\$ 9.210,58
	19ª Parcela	20ª Parcela	21ª Parcela	22ª Parcela	23ª Parcela	24ª Parcela
	R\$ 9.748,47	R\$ 7.304,63	R\$ 4.860,79	R\$ 4.860,79	R\$ 5.434,04	R\$ 4.860,79
	25ª Parcela	26ª Parcela	27ª Parcela	28ª Parcela	29ª Parcela	30ª Parcela
	R\$ 9.748,47	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 5.067,12

R\$ 63.378,47

R\$ 38.940,10

R\$ 60.961,51

R\$ 37.069,51

R\$ 44.034,11

CONCEDENTE						
META	1º Parcela	2º Parcela	3º Parcela	4º Parcela	5º Parcela	6º Parcela
1.0	R\$ 357.926,81	R\$ 597.422,83	R\$ 597.422,83	R\$ 597.422,83	R\$ 477.674,82	R\$ 477.674,82
	7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
	R\$ 357.926,81	R\$ 357.926,81	R\$ 238.178,80	R\$ 238.178,80	R\$ 357.926,81	R\$ 357.926,81
	13ª Parcela	14ª Parcela	15ª Parcela	16ª Parcela	17ª Parcela	18ª Parcela
	R\$ 477.674,82	R\$ 597.422,83	R\$ 490.966,85	R\$ 491.936,81	R\$ 477.794,57	R\$ 451.318,28
	19ª Parcela	20ª Parcela	21ª Parcela	22ª Parcela	23ª Parcela	24ª Parcela
	R\$ 477.674,82	R\$ 357.926,81	R\$ 238.178,80	R\$ 238.178,80	R\$ 266.268,09	R\$ 238.178,80
	25ª Parcela	26ª Parcela	27ª Parcela	28ª Parcela	29ª Parcela	30ª Parcela
	R\$ 477.674,82	R\$ 357.926,81	R\$ 357.926,81	R\$ 357.926,81	R\$ 357.926,81	R\$ 248.289,12

R\$ 3.105.544,94

R\$ 1.908.064,82

R\$ 2.987.114,15

R\$ 1.816.406,10

R\$ 2.157.671,17



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23
243.039,59	243.039,59	365.231,44	365.231,44	487.423,28	609.615,13	500.986,58	501.976,33	487.545,48	460.528,86	487.423,28	365.231,44	243.039,59	243.039,59	271.702,13
1,99%	1,99%	2,99%	2,99%	3,99%	4,99%	4,10%	4,11%	3,99%	3,77%	3,99%	2,99%	1,99%	1,99%	2,22%
1,99%	1,99%	2,99%	2,99%	3,99%	4,99%	4,10%	4,11%	3,99%	3,77%	3,99%	2,99%	1,99%	1,99%	2,22%
33,90%	35,89%	38,88%	41,87%	45,86%	50,85%	54,95%	59,05%	63,04%	66,81%	70,80%	73,79%	75,78%	77,77%	79,99%



R\$ 243.039,59	R\$ 243.039,59	R\$ 365.231,44	R\$ 365.231,44	R\$ 487.423,28	R\$ 609.615,13	R\$ 500.986,58	R\$ 501.976,33	R\$ 487.545,48	R\$ 460.528,86	R\$ 487.423,28	R\$ 365.231,44	R\$ 243.039,59	R\$ 243.039,59	R\$ 271.702,13
R\$ 4.860,79	R\$ 4.860,79	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 9.748,47	R\$ 12.192,30	R\$ 10.019,73	R\$ 10.039,53	R\$ 9.750,91	R\$ 9.210,58	R\$ 9.748,47	R\$ 7.304,63	R\$ 4.860,79	R\$ 4.860,79	R\$ 5.434,04

	2025	R\$ 63.378,47
	2026	R\$ 99.901,61
	2027	R\$ 81.103,62
		R\$ 244.383,70
R\$	244.383,70	VERDADEIRO

R\$ 12.219.184,87

	2025	R\$ 3.105.544,94
	2026	R\$ 4.895.178,97
	2027	R\$ 3.974.077,27
		R\$ 11.974.801,17
R\$ 11.974.801,17		VERDADEIRO

							DATA:
							Janeiro/2026
Mês 24	Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30	SOMATÓRIO
243.039,59	487.423,28	365.231,44	365.231,44	365.231,44	365.231,44	253.356,24	12.219.184,87
1,99%	3,99%	2,99%	2,99%	2,99%	2,99%	2,07%	100,00%
1,99%	3,99%	2,99%	2,99%	2,99%	2,99%	2,07%	100,00%
81,98%	85,97%	88,96%	91,95%	94,94%	97,93%	100,00%	

100 29

3,44828



R\$ 243.039,59	R\$ 487.423,28	R\$ 365.231,44	R\$ 365.231,44	R\$ 365.231,44	R\$ 365.231,44	R\$ 253.356,24	R\$ 0,00
R\$ 4.860,79	R\$ 9.748,47	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 7.304,63	R\$ 5.067,12	R\$ 12.219.184,87
							R\$ 244.383,70
							0,00





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	20 - CFF RECUPER Valas Esgoto 2026	11/03/2026

ID:	2508530	Processo	Documento
CRC:	DB37BC19		
Processo:	1-5688/2026		
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS		
Criação:	11/03/2026 16:19:27	Finalização:	11/03/2026 16:19:27

MD5: 4C49079FC1C7C30697CC14FB60078393

SHA256: AB2B083930F9F65C7CD456F026A81D0D92D8D3D3A3729C61B93003BDF6C5BC2E

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:27
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:27
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:54:39

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508530 e o CRC DB37BC19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS



COMPOSIÇÃO DO BDI

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %

TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de rodovias e ferrovias.	19,60	20,97	24,23

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	4,50
Seguro e Garantia (*)	0,32%	0,40%	0,74%	0,61
Risco	0,50%	0,56%	0,97%	0,77
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%	1,16
Lucro	6,64%	7,30%	8,69%	8,00
COFINS	3,00			3,00
PIS	0,65			0,65
ISSQN (**)	2,00-5,00			2,00
CPRB				

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

Onde:

	Adotado %
AC: taxa de administração central	4,50
S: taxa de seguros e garantias	0,61
R: taxa de riscos	0,77
DF: taxa de despesas financeiras	1,16
L: taxa de lucro/ remuneração	8,00

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

		PIS	COFINS	ISS	CPRB
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	5,65	0,65	3,00	2,00	

(*) extraído do acórdão -TCU 2622/2013

Logo:

BDI (%) (SEM CPRB) =	22,60	SEM DESONERAÇÃO
BDI (%) (COM CPRB) =		COM DESONERAÇÃO

OBS.: (**) - PERCENTUAL DE ISS DESDE DEVIDAMENTE EMBASADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

[assinado digitalmente]

Almir dos Santos Ocampos
Engº Civil - CREA-PR 15515-D





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	16 - BDI 22,60% EXECUÇÃO	11/03/2026

ID: **2508526**

CRC: **2F28A9A1**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:27** Finalização: **11/03/2026 16:19:27**

Processo



Documento



MD5: **8988BCCEBD3E3CFFC9E2BAF47B1C6E15**

SHA256: **27697297C4BBEE5FAB8296060C5E95932C552A93368256E96DC2B514F3F4E176**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:27
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:27
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:53:48

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508526 e o CRC 2F28A9A1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS



COMPOSIÇÃO DO BDI - MATERIAIS

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %

TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de rodovias e ferrovias.	19,60	20,97	24,23

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	4,50
Seguro e Garantia (*)	0,32%	0,40%	0,74%	0,61
Risco	0,50%	0,56%	0,97%	0,77
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%	1,16
Lucro				
COFINS	3,00			3,00
PIS	0,65			0,65
ISSQN (**)	2,00-5,00			2,00
CPRN				

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

Onde:

	Adotado %
AC: taxa de administração central	4,50
S: taxa de seguros e garantias	0,61
R: taxa de riscos	0,77
DF: taxa de despesas financeiras	1,16
L: taxa de lucro/ remuneração	0,00

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

		PIS	COFINS	ISS	CPRB
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	5,65	0,65	3,00	2,00	

(*) extraído do acórdão - TCU 2622/2013

Logo:

BDI (%) (SEM CPRB) =	13,52	SEM DESONERAÇÃO
BDI (%) (COM CPRB) =		COM DESONERAÇÃO

OBS.: (**) - PERCENTUAL DE ISS DESDE DEVIDAMENTE EMBASADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

[assinado digitalmente]

Almir dos Santos Ocampos
Engº Civil - CREA-PR 15515-D

13,52





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	17 - BDI 13,52% MATER	11/03/2026

ID: **2508527**

CRC: **DE69B3C4**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:27** Finalização: **11/03/2026 16:19:27**

Processo



Documento



MD5: **CA47C9B70FF4359DBC102D07D8D3F41A**

SHA256: **AFFAB5D94AF4DF0E5FF6011A4B2E535FDE3AC95E34C8E5874A1C68086B607E0C**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:27
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:27
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:55:55

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508527 e o CRC DE69B3C4.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO DE BDI

Obra.....: Recuperação de Valas de Esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ
Local.....: Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná/RO
Cidade.....: Ji-Paraná/RO
Extensão.....: 67,00 Km

Declaro, para os devidos fins que a composição analítica do B.D.I. utilizada na planilha orçamentária proposta para obra acima, segue a seguinte descrição:

Discriminação de Taxas	Adotado %
AC: taxa de administração central	4,5
S: taxa de seguros e garantias	0,61
R: taxa de riscos	0,77
DF: taxa de despesas financeiras	1,16
L: taxa de lucro/ remuneração	0
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	5,65
(*) extraído do acórdão -TCU 2622/2013	
Logo:	
BDI (%) (SEM CPRB/Lucro) =Sem desoneração	13,52

Obs.:

Para efeito do cálculo do BDI – Sem desoneração, não foi utilizado o CPRB - 4,50% e Taxa de Lucro de 8%

Fórmula Acórdão 2622/2013 - TCU

$$\text{B.D.I. calculado} = \frac{(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L) - 1}{(1 - CP - ISS - CRPB)}$$

Ji-Paraná, 02 de março de 2026

Almir dos Santos Ocampos
Engº Civil – CREA-PR 15515-D





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	11 -Declaração de BDI - 13,52% - Sem	11/03/2026

ID:	2508521	Processo	Documento
CRC:	0EEE92E0		
Processo:	1-5688/2026		
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS		
Criação:	11/03/2026 16:19:26	Finalização:	11/03/2026 16:19:26

MD5:	51EA211FEF4E7B655B2BFE0597551A26
SHA256:	65C26E0C1582F98CBA216B40CD38A5E8CC28455BF74936AF4477CCC579BA7448

Súmula/Objeto:

Documentação suporte


INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:26
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:26
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS	ENGENHEIRO CIVIL	12/03/2026 07:55:35
---	------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508521 e o CRC 0EEE92E0.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO DE BDI

Obra.....: Recuperação de Valas de Esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ
Local.....: Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná/RO
Cidade.....: Ji-Paraná/RO
Extensão.....: 67,00 Km

Declaro, para os devidos fins que a composição analítica do B.D.I. utilizada na planilha orçamentária proposta para obra acima, segue a seguinte descrição:

Discriminação de Taxas	Adotado %
AC: taxa de administração central	4,5
S: taxa de seguros e garantias	0,61
R: taxa de riscos	0,77
DF: taxa de despesas financeiras	1,16
L: taxa de lucro/ remuneração	8
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	5,65
(*) extraído do acórdão -TCU 2622/2013	
Logo:	
BDI (%) (SEM CPRB) =Sem desoneração	22,60

Obs.:

Para efeito do cálculo do BDI – Sem desoneração, não foi utilizado o CPRB - 4,50%

Fórmula Acórdão 2622/2013 - TCU

$$\text{B.D.I. calculado} = \frac{(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L) - 1}{(1 - CP - ISS - CRPB)}$$

Ji-Paraná, 22 de julho de 2025

Almir dos Santos Ocampos
Engº Civil – CREA-PR 15515-D





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	10 -Declaração de BDI - 22,60% - Sem	11/03/2026

ID: **2508520**

CRC: **3C581CBE**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:26** Finalização: **11/03/2026 16:19:26**

Processo



Documento



MD5: **41E17E58788E1E58B90CDE2B0A9A7798**

SHA256: **A27F35C51F87CFB2585AA0DC8A5F88FAA09BD34CD2C138D2DE9311D15A8195F8**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:26
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:26
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS





ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:55:25

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508520 e o CRC 3C581CBE.

		PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ					
		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP					
OBRA:		Recomposição Asfáltica com CBUQ				Preços: Sem Desoneração	
LOCAL:		Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná/RO				Sistema de Custos: SINAPI - 05/2025 - Rondônia SBC - 05/2025 - Rondônia SICRO3 - 01/2025 - Rondônia	
TRECHO:		Diversos					
EXTENSÃO DE VALAS:					67000,00		Metros
CURVA ABC - ITENS							
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL ITEM (R\$)	%ITEM	% TOTAL ACUMULADA	CLASS.	
5.2	CAP 50/70	Aquisição e Transporte de CAP 50/70 para Ji-Paraná	R\$ 3.375.034,59	27,62%	27,62078%	A	
4.4	4011276	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - materiais e equipamentos	R\$ 2.686.093,65	21,98%	49,60338%	A	
3.4	4011463	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (Usinagem + Execução) só falta o CAP 50/70	R\$ 2.154.973,42	17,64%	67,23936%	A	
5.3	CM - 30	Aquisição e Transporte de Asfalto diluído - CM-30 para Ji-Paraná	R\$ 776.365,91	6,35%	73,59302%	A	
5.4	EAI - 01	Aquisição e Transporte de Emulsão Asfáltica EAI para Ji-Paraná	R\$ 638.408,16	5,22%	78,81766%	A	
1.10	0004-I.A	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,54 t - 93 kW (Apoio)	R\$ 341.659,53	2,80%	81,61375%	B	
5.1	RR - 1C	Aquisição e Transporte de Emulsão Asfáltica RR-1C para Ji-Paraná	R\$ 186.947,47	1,53%	83,14370%	B	
1.9	COMP 0120	Administração local da obra - proporcional ao avanço da obra	R\$ 167.490,00	1,37%	84,51442%	B	
2.2	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Bota Fora	R\$ 124.934,06	1,02%	85,53686%	B	
4.5	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Brita Graduada (Usina/Pista)	R\$ 87.761,37	0,72%	86,25508%	B	
2.1	4805757	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	R\$ 82.490,40	0,68%	86,93017%	B	
1.8	COT.001	Locação de imóvel para funcionamento de escritório - 70,00m²	R\$ 77.500,00	0,63%	87,56442%	B	
3.1	4011276	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - Execução	R\$ 77.425,20	0,63%	88,19806%	B	
3.2	5914389	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Massa asfáltica CBUQ	R\$ 63.656,25	0,52%	88,71901%	B	
1.12	0003-I.A	Controle de compactação de valas - Densidade in situ	R\$ 57.084,00	0,47%	89,18618%	B	
1.6	10075	Locação de container para deposito de ferramentas e materiais diversos	R\$ 35.859,30	0,29%	89,47965%	B	
3.6	5914374	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	R\$ 35.474,49	0,29%	89,76996%	B	
3.3	4011353	Pintura de ligação	R\$ 23.316,00	0,19%	89,96078%	B	
2.3	100574	Espalhamento do material de bota fora	R\$ 22.914,00	0,19%	90,14830%	B	
1.4	9748005-DER	PCA, PRAD E Licenciamento Ambiental de Jazidas de Cascalho ATÉ 2 HA - Conforme Licenciamento CONAMA - 237/97 - LEI Nº 3941/2016 de 12/12/2016 - Anexo I, ITEM 4 - Sub-Item 4.6	R\$ 22.457,63	0,18%	90,33209%	B	
3.5	4011219	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida	R\$ 18.451,80	0,15%	90,48310%	B	
1.7	0001-I.A	Locação de banheiros químicos para uso dos funcionários	R\$ 7.500,00	0,06%	90,54448%	B	
1.1	103689	Fornecimento implantacao placa de informação de obra com suporte e travessa - 4,00 x 2,00 m	R\$ 7.443,52	0,06%	90,60540%	B	
1.11	0002-I.A	"Proctor e densidade in situ" - ensaio de jazidas	R\$ 5.839,50	0,05%	90,65318%	B	
1.2	9748005-DER	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR's 1, NR 9 e NR 18.	R\$ 4.813,35	0,04%	90,69258%	B	
1.3	9748003-DER	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	R\$ 3.365,81	0,03%	90,72012%	B	
1.5	Taxa Crea	ART de execução de obra	R\$ 271,47	0,00%	90,72234%	B	
Total			R\$ 12.219.184,87				
			Condições Curva ABC				
			A	B	C		
			80%	15%	5%		
			0% - 80%	80% - 95%	95% - 100%		





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	21 - Curva ABC itens	11/03/2026

ID: **2508531**

CRC: **7B1FE70B**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:27** Finalização: **11/03/2026 16:19:27**

Processo



Documento



MD5: **44F1C119437C4F49CE36C8EA6F126267**

SHA256: **3B7386124EFCFC1950E8786E4E660F3D21355EB2C8341B941EE612AB152CAF96**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:27
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:27
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:54:51

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508531 e o CRC 7B1FE70B.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO DE ISSQN

Obra.....: Recuperação de Valas de Esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ
Local.....: Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná/RO
Cidade.....: Ji-Paraná/RO
Extensão.....: 67,00 Km

Declaro, para os devidos fins que a alíquota de 2% referente a taxa de ISSQN, que entra na composição do B.D.I. - ampara-se na Lei 1.139 de 2001, ART 39, § único:

Composição analítica do B.D.I.	%
AC: Administração central	4,50
S: Seguro e garantia	0,61
R: Taxa de Risco	0,77
DF: Despesas financeiras	1,16
G: Garantia do empreendimento	-
L: Taxa de Lucro / remuneração	8,00
I: Taxa de incidência de impostos - COFINS 3% e PIS 0,65	3,65
Taxa de Tributo ISS	2,00
B.D.I desonerado calculado	22,60

Obs.:

Para efeito do cálculo do BDI – Sem desoneração,
não foi utilizado o CPRB - 4,50%

Fórmula Acórdão 2622/2013 - TCU

$$\text{B.D.I calculado} = \frac{(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L) - 1}{(1 - CP - ISS - CRPB)}$$

Ji-Paraná, 08 de setembro de 2025

Almir dos Santos Ocampos
Engº Civil – CREA-PR 15515-D





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	9 - Declaração de ISSQN - com BDI	11/03/2026

ID: 2508519

CRC: 05AA05E4

Processo: 1-5688/2026

Usuário: PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS

Criação: 11/03/2026 16:19:26 Finalização: 11/03/2026 16:19:26

Processo



Documento



MD5: 8B17481A544482D49FFA289787686F77

SHA256: 919FB2309D926B1E3B8E4657DA54E593B5CE6C5A1603B073E908DD7798A3A6A5

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:26
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:26
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS

ENGENHEIRO CIVIL

12/03/2026 07:55:45

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508519 e o CRC 05AA05E4.

Rodovia em Revest. Primário: Lançar a Distância à obra		0,00	km	(D2)		
Fluvial a Quente			km	(D3)		
Fluvial a Frio			km	(D4)		
CD - CUSTO DIRETO (FRETE)	CD 1 =	0,253x2586	654,26 / (Ton)	CUSTOS FRETES		
	CD 2 =	0,209x0	0,00 / (Ton)		Total Rodoviário: R\$	681,26
	CD 3 =	0,1925x	0,00 / (Ton)			
	CD 4 =	0,1925x	0,00 / (Ton)		Total Fluvial: R\$	0,00
Equação Realiste JULHO / 14 utilizando Índice de Pavimentação. conf. Portaria nº 1.977 de 25/10/2017- Para Frete Rodoviário						
Índice de Pavimentação (julho/2014)		270,237	CD = CUSTO DIRETO			
Índice de Pavimentação maio/25		587,552	CDA = CUSTO DIRETO ATUALIZADO			
Coeficiente (FA) Fator de atualização:		2,1742	FA = FATOR DE ATUALIZAÇÃO			
Curto Direto Atualizado (CDA) FRETE - Rodoviário:		CDA = CD * FA / (1-ICMS)	CD - Curto direto (Rodoviário)			
		ICMS: 19,50 %				
		CDA = R\$	1.839,83275 Rodoviário			
Equação de NOVEMBRO / 16 (COM Índice de Pavimentação. conf. Portaria DNIT nº 434/2017 de 15/03/2017- Para Frete Fluvial)						
Índice de Pavimentação (Nov/2016)		301,752				
Índice de Pavimentação maio/25		587,552				
Coeficiente (FA) Fator de atualização:		1,9484	CD - Custo Direto (Fluvial)			
Valor Total do Frete: (R\$)		CDA = CD * FA / (1-ICMS)	CDA = CD * FA / 0,825			
		ICMS: 19,50 %				
		CDA = R\$	0,00000 Fluvial			
Total Produto + Frete R\$		=4755,51073515844 + 1839,83274558817 + 0		6,595,34 / Ton	SEM BDI	

distância = 2.510,90 km

<div><div><div><div><div></div><div>ANP</div></div><div><div></div><div>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis</div></div></div><div>Superintendência de Defesa da Concorrência</div></div></div>									
PREÇO MÉDIO Mensal ponderado praticado PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/M3)									
Produto	UF	M3/m²	Paraná	Rio de Janeiro	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasília	
ASFALTOS DILUÍDOS CM-30	SP/22	5,548018	5,609952	5,06359	5,80218	4,97793	5,49943		
CEMENTOS ASFÁLTICOS CAP-30-30	SP/22	4,87538	4,94096	4,40760	4,98766	3,88145	4,79957		
EMULSÕES ASFÁLTICAS R9-2C	SP/22	5,463112	5,94780	5,37001	5,23611	5,04532	5,34583		
<div><div><div><div></div><div>ANP</div></div><div><div></div><div>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis</div></div></div><div>Superintendência de Defesa da Concorrência</div></div>									





PREÇO MÉDIO MENSAI PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/M³)

Importante: Quando não houver declaração de venda do produto selecionado, ou quando a declaração de venda do produto ocorrer por meno

Mês		Produto	UF	Valor	Preço
04/12		ASFALTOS SOLUÇOS DM 30	Amazonas		3.22019
04/12		ASFALTOS SOLUÇOS DM 30	Minas Gerais		
04/12		ASFALTOS SOLUÇOS DM 30	São Paulo		
04/12		CEMENTOS ASFÁLTICOS CAP 50 70	Amazonas	4.20811	
04/12		CEMENTOS ASFÁLTICOS CAP 50 70	Minas Gerais	3.82240	
04/12		CEMENTOS ASFÁLTICOS CAP 50 70	São Paulo	3.81750	
04/12		EMULSÕES ASFÁLTICAS BR 3C	Amazonas		
04/12		EMULSÕES ASFÁLTICAS BR 3C	Minas Gerais	3.23870	
04/12		EMULSÕES ASFÁLTICAS BR 3C	São Paulo	3.21242	





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	15 - CAP 50-70 ANP	11/03/2026

ID: **2508525**

CRC: **95695D15**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:27** Finalização: **11/03/2026 16:19:27**

Processo



Documento



MD5: **1967BF016487A75B6A10FA137C818883**

SHA256: **33869DDDD22AECD82523BFB8DE9EC222F0EE43EACD112B486C3F426E22026AD0**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:27
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:27
-------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508525 e o CRC 95695D15.

RR - 1C		QUADRO ORIGEM / DESTINO	
DATA BASE:	mai/25		
Região:	REMAN - AMAZONAS (NORTE)	Origem do Asfalto:	Manaus (Manaus X Porto Velho) = 1.239,00 km
PREÇO:	3,25329	Destino do asfalto:	Ji-PARANÁ (P.Velho - Ji-Paraná) = 372,00 km
CD =	CD/[1-(ICMS+PIS COFINS)]		
	CD/[1-(23,15%)]	100% - 23,15% = 76,85% = 0,7685	Ligante asfáltico com inclusão do ICMS + PIS + COFINS (19,5%+0,65%+3,00%)= 23,15%
CD ASF=	3,25329÷0,7685	R\$	4,23330
		Preço/ton:	4.233,30
Equação Tarifária (Custo Direto) para transportes - Rodoviário e Fluvial de Materiais Asfálticos			Valor do Produto: R\$
CD =	[(26,939 + 0,253 X D1) (Rev Asf.) + (26,939 + 0,299 X D2)] (Rev Prim.)		Rodoviário
CD =	14,063 + 0,1925 x D3 (a quente) + 14,063 + 0,1925 X D4 (a frio)		Fluvial
Rodovia Pavimentada	Lançar a Distância à obra	372,00 km	(D1) 121,06
Rodovia em Revest. Primário:	Lançar a Distância à obra	0,00 km	(D2)
Fluvial a Quente	Lançar a Distância à obra	1.239,00 km	(D3) 252,57
Fluvial a Frio	Lançar a Distância à obra	km	(D4)
CD - CUSTO DIRETO (FRETE)	CD 1 =	0,253x372	94,12 / (Ton) CUSTOS FRETES
	CD 2 =	0,299x0	0,00 / (Ton) Total Rodoviário: R\$ 121,06
	CD 3 =	0,1925x1239	238,51 / (Ton)
	CD 4 =	0,1925x	0,00 / (Ton) Total Fluvial: R\$ 252,57
Equação Reajuste JULHO / 14 (utilizando Índice de Pavimentação, conf. Portaria nº 1.977 de 25/10/2017) - Para Frete Rodoviário			
Índice de Pavimentação	(julho/2014)	270,237	CD = CUSTO DIRETO
Índice de Pavimentação	mai/25	587,552	CDA = CUSTO DIRETO ATUALIZADO
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		2,1742	FA = FATOR DE ATUALIZAÇÃO
Custo Direto Atualizado (CDA) FRETE = Rodoviário:		CDA = CD * FA/(1-ICMS)	CD - Custo direto (Rodoviário)
		Icms: 19,50 %	
		CDA = R\$	326,95528 Rodoviário
Equação de NOVEMBRO / 16 (COM Índice de Pavimentação, conf. Portaria DNIT nº 434/2017 de 15/03/2017) - Para Frete Fluvial			
Índice de Pavimentação	(Nov/2016)	303,752	
Índice de Pavimentação	mai/25	587,552	
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		1,9343	
Valor Total do Frete: (R\$)		CDA = CD * FA/(1-ICMS)	CD - Custo Direto (Fluvial)
		Icms: 19,50 %	CDA = CD * FA / 0,825
		CDA = R\$	606,89548 Fluvial
Total Produto + Frete R\$	=4233,29863370202 + 326,955275811844 +	5.167,15 / Ton	SEM BDI

RR - 1C		QUADRO ORIGEM / DESTINO	
DATA BASE:	mai/25		
Região:	REGAP - BETIM (MG)	Origem do Asfalto:	Betim
PREÇO:	2,78409	Destino do asfalto:	Ji-PARANÁ
CD =	CD/[1-(ICMS+PIS COFINS)]		
	CD/[1-(23,15%)]	100% - 23,15% = 76,85% = 0,7685	Ligante asfáltico com inclusão do ICMS + PIS + COFINS (19,5%+0,65%+3,00%)= 23,15%
CD ASF=	2,78409÷0,7685	R\$	3,62276
		Preço/ton:	3.622,76



Equação Tarifária (Custo Direto) para transportes - Rodoviário e Fluvial de Materiais Asfálticos						Valor do Produto: R\$	
CD =		[(26,939 + 0,253 X D1) (Rev Asf.) + (26,939 + 0,299 X D2)] (Rev Prim.) Rodoviário				3.622,76	
CD =		14,063 + 0,1925 x D3 (a quente) + 14,063 + 0,1925 X D4 (a frio) Fluvial					
Rodovia Pavimentada		Lançar a Distância à obra		2.708,00	km	(D1)	712,06
Rodovia em Revest. Primário:		Lançar a Distância à obra		0,00	km	(D2)	
Fluvial a Quente		Lançar a Distância à obra			km	(D3)	
Fluvial a Frio		Lançar a Distância à obra			km	(D4)	
CD - CUSTO DIRETO (FRETE)	CD 1 =	0,253x2708	685,12 / (Ton)		CUSTOS FRETES		
	CD 2 =	0,299x0	0,00 / (Ton)		Total Rodoviário: R\$	712,06	
	CD 3 =	0,1925x	0,00 / (Ton)				
	CD 4 =	0,1925x	0,00 / (Ton)		Total Fluvial: R\$	0,00	
Equação Reajuste JULHO / 14 (utilizando Índice de Pavimentação, conf. Portaria nº 1.977 de 25/10/2017) - Para Frete Rodoviário							
Índice de Pavimentação		(julho/2014)	303,752		CD = CUSTO DIRETO		
Índice de Pavimentação		mai/25	587,552		CDA = CUSTO DIRETO ATUALIZADO		
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:				1,9343	FA = FATOR DE ATUALIZAÇÃO		
Custo Direto Atualizado (CDA) FRETE = Rodoviário:				CDA = CD * FA/(1-ICMS)		CD - Custo direto (Rodoviário)	
				Icms: 19,50 %			
				CDA = R\$		1.710,99879 Rodoviário	
Equação de NOVEMBRO / 16 (COM Índice de Pavimentação, conf. Portaria DNIT nº 434/2017 de 15/03/2017) - Para Frete Fluvial							
Índice de Pavimentação		(Nov/2016)	303,752				
Índice de Pavimentação		mai/25	587,552				
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:				1,9343			
						CD - Custo Direto (Fluvial)	
Valor Total do Frete: (R\$)				CDA = CD * FA/(1-ICMS)		CDA = CD * FA / 0,825	
				Icms: 19,50 %			
1.711,00				CDA = R\$		0,00000 Fluvial	
Total Produto + Frete R\$		=3622,75862068966 + 1710,99878871436 +		5.333,76 / Ton		SEM BDI	

RR - 1C		QUADRO ORIGEM / DESTINO	
DATA BASE:	mai/25		
Região:	REPLAN-PAULÍNIA- SP	Origem do Asfalto:	Paulínia
PREÇO:	2,82505	Destino do asfalto:	JI-PARANÁ
CD =	CD/[1-(ICMS+PIS COFINS)]		
	CD/[1-(23,15%)]	100% - 23,15% = 76,85% = 0,7685	Ligante asfáltico com inclusão do ICMS + PIS + COFINS
			(19,5%+0,65%+3,00%)= 23,15%
CD ASF=	2,82505÷0,7685	R\$ 3,67606	Preço/ton: 3.676,06
Equação Tarifária (Custo Direto) para transportes - Rodoviário e Fluvial de Materiais Asfálticos			
CD =	[(26,939 + 0,253 X D1) (Rev Asf.) + (26,939 + 0,299 X D2)] (Rev Prim.) Rodoviário		
CD =	14,063 + 0,1925 x D3 (a quente) + 14,063 + 0,1925 X D4 (a frio) Fluvial		
	Rodovia Pavimentada	Lançar a Distância à obra	2.586,00 km (D1) 681,20
	Rodovia em Revest. Primário:	Lançar a Distância à obra	0,00 km (D2)
	Fluvial a Quente	Lançar a Distância à obra	km (D3)
	Fluvial a Frio	Lançar a Distância à obra	km (D4)
CD - CUSTO	CD 1 = 0,253x2586	654,26 / (Ton)	CUSTOS FRETES



DIRETO (FRETE)	CD 2 =	0,299x0	0,00 / (Ton)	Total Rodoviário: R\$	681,20
	CD 3 =	0,1925x	0,00 / (Ton)		
	CD 4 =	0,1925x	0,00 / (Ton)	Total Fluvial: R\$	0,00
Equação Reajuste JULHO / 14 (utilizando Índice de Pavimentação, conf. Portaria nº 1.977 de 25/10/2017) - Para Frete Rodoviário					
Índice de Pavimentação	(julho/2014)	303,752	CD = CUSTO DIRETO		
Índice de Pavimentação	mai/25	587,552	CDA = CUSTO DIRETO ATUALIZADO		
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		1,9343	FA = FATOR DE ATUALIZAÇÃO		
Custo Direto Atualizado (CDA) FRETE = Rodoviário:		CDA = CD * FA/(1-ICMS)	CD - Custo direto (Rodoviário)		
		Icms: 19,50 %			
		CDA = R\$	1.636,83163	Rodoviário	
Equação de NOVEMBRO / 16 (COM Índice de Pavimentação, conf. Portaria DNIT nº 434/2017 de 15/03/2017) - Para Frete Fluvial					
Índice de Pavimentação	(Nov/2016)	303,752	CD - Custo Direto (Fluvial)		
Índice de Pavimentação	mai/25	587,552	CDA = CD * FA / 0,825		
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		1,9343			
Valor Total do Frete: (R\$)		CDA = CD * FA/(1-ICMS)	CDA = CD * FA / 0,825		
		Icms: 19,50 %			
		CDA = R\$	0,00000	Fluvial	
Total Produto + Frete R\$		=3676,05725439167 + 1636,83163129647 +	5.312,89	/ Ton	SEM BDI

RR - 1C		QUADRO ORIGEM / DESTINO			
DATA BASE: mai/25					
Região:	MATO GROSSO	Origem do Asfalto:	Cuiabá		
PREÇO:	4,15713	Destino do asfalto:	JI-PARANÁ		
CD =	CD/[1-(ICMS+PIS COFINS)]	100% - 23,15% = 76,85% = 0,7685		Ligante asfáltico com inclusão do ICMS + PIS + COFINS	
	CD/[1-(21,15%)]			(19,5%+0,65%+3,00%)= 23,15%	
CD ASF=	4,15713÷0,7885	R\$	5,40941	Preço/ton:	5.409,41
Equação Tarifária (Custo Direto) para transportes - Rodoviário e Fluvial de Materiais Asfálticos					Valor do Produto: R\$
CD =	[(26,939 + 0,253 X D1) (Rev Asf.) + (26,939 + 0,299 X D2)] (Rev Prim.)			Rodoviário	5.409,41
CD =	14,063 + 0,1925 x D3 (a quente) + 14,063 + 0,1925 X D4 (a frio)			Fluvial	
	Rodovia Pavimentada	Lançar a Distância à obra	1.083,90	km	(D1) 301,17
	Rodovia em Revest. Primário:	Lançar a Distância à obra	0,00	km	(D2)
	Fluvial a Quente	Lançar a Distância à obra		km	(D3)
	Fluvial a Frio	Lançar a Distância à obra		km	(D4)
CD - CUSTO DIRETO (FRETE)	CD 1 =	0,253x1083,9	274,23 / (Ton)	CUSTOS FRETES	
	CD 2 =	0,299x0	0,00 / (Ton)	Total Rodoviário: R\$	301,17
	CD 3 =	0,1925x	0,00 / (Ton)		
	CD 4 =	0,1925x	0,00 / (Ton)	Total Fluvial: R\$	0,00
Equação Reajuste JULHO / 14 (utilizando Índice de Pavimentação, conf. Portaria nº 1.977 de 25/10/2017) - Para Frete Rodoviário					



Índice de Pavimentação	(julho/2014)	303,752	CD = CUSTO DIRETO
Índice de Pavimentação	mai/25	584,512	CDA = CUSTO DIRETO ATUALIZADO
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		1,9243	FA = FATOR DE ATUALIZAÇÃO

Custo Direto Atualizado (CDA) FRETE = Rodoviário:

CDA = CD * FA / (1-ICMS) CD - Custo direto (Rodoviário)
 Icms: 19,50 %
 CDA = R\$ **719,91946** Rodoviário

Equação de NOVEMBRO / 16 (COM Índice de Pavimentação, conf. Portaria DNIT nº 434/2017 de 15/03/2017) - Para Frete Fluvial

Índice de Pavimentação	(Nov/2016)	303,752	
Índice de Pavimentação	mai/25	584,512	
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		1,9243	

CD - Custo Direto (Fluvial)

Valor Total do Frete: (R\$)

719,92

CDA = CD * FA / (1-ICMS) CDA = CD * FA / 0,825
 Icms: 19,50 %
 CDA = R\$ **0,00000** Fluvial

Total Produto + Frete R\$ =5409,40793754066 + 719,919460442476 + **6.129,33** / Ton SEM BDI



62
8
4,96 %

mai/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Amazonas - NORTE
mai/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Ceará
mai/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Goiás
mai/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Mato Grosso
mai/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Minas Gerais
mai/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	São Paulo

4.233,29863

Quadro Resumo: RR - 1C
REMAN - AMAZONAS (NOR
REGAP - BETIM (MG)
REPLAN-PAULÍNIA- SP

5.167,15
5.333,76
5.312,89
6.129,33









3,25329
2,67463
2,90138
4,15713
2,78409
2,82505

Asfalto S/BDI	Frete s/ BDI	Total R\$	mai/25
4.233,30	933,85	5.167,15	
3.622,76	1.711,00	5.333,76	
3.676,06	1.636,83	5.312,89	





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	13 - RR1C ANP	11/03/2026

ID: **2508523**

CRC: **B7785142**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:26** Finalização: **11/03/2026 16:19:26**

Processo



Documento



MD5: **00A812061ED1FF67F7E635D990494F82**

SHA256: **378606E7CFDBC7975FDD19D42328DA81B3948ADB82830CCD0F252B8C73C20EA1**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:26
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:26
-------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508523 e o CRC B7785142.

CM - 30		QUADRO ORIGEM / DESTINO	
DATA BASE:	mai/25	Origem do Asfalto:	Cuiabá
Região:	MATO GROSSO	Destino do asfalto:	Jl-PARANÁ
PREÇO:	5,77438		
CD =	CD/[1-(ICMS+PIS COFINS)]		
	CD/[1-(23,15%)]	100% - 23,15% = 76,85% = 0,7685	Ligante asfáltico com inclusão do ICMS + PIS + COFINS (19,5%+0,65%+3,00% 23,15%
CD ASF=	5,77438÷0,7685	R\$	7,32325
		Preço/ton:	7.323,25
Equação Tarifária (Custo Direto) para transportes - Rodoviário e Fluvial de Materiais Asfálticos			Valor do Produto: R\$ 7.323,25
CD =	[(26,939 + 0,253 X D1) (Rev Asf.) + (26,939 + 0,299 X D2)] (Rev Prim.) Rodoviário		
CD =	14,063 + 0,1925 x D3 (a quente) + 14,063 + 0,1925 X D4 (a frio) Fluvial		
	Rodovia Pavimentada	Lançar a Distância à obra	1.083,90 km (D1) 301,17
	Rodovia em Revest. Primário:	Lançar a Distância à obra	0,00 km (D2)
	Fluvial a Quente	Lançar a Distância à obra	km (D3)
	Fluvial a Frio	Lançar a Distância à obra	km (D4)
CD - CUSTO DIRETO (FRETE)	CD 1 =	0,253x1083,9	274,23 / (Ton) CUSTOS FRETES
	CD 2 =	0,299x0	0,00 / (Ton) Total Rodoviário: R\$ 301,17
	CD 3 =	0,1925x	0,00 / (Ton)
	CD 4 =	0,1925x	0,00 / (Ton) Total Fluvial: R\$ 0,00
Equação Reajuste JULHO / 14 (utilizando Índice de Pavimentação, conf. Portaria nº 1.977 de 25/10/2017) - Para Frete Rodoviário			
Índice de Pavimentação	(julho/2014)	303,752	CD = CUSTO DIRETO
Índice de Pavimentação	mai/25	587,552	CDA = CUSTO DIRETO ATUALIZADO
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		1,9343	FA = FATOR DE ATUALIZAÇÃO
Custo Direto Atualizado (CDA) FRETE = Rodoviário:		CDA = CD * FA/(1-ICMS)	CD - Custo direto (Rodoviário)
		Icms: 19,50 %	
		CDA = R\$	723,66370 Rodoviário
Equação de NOVEMBRO / 16 (COM Índice de Pavimentação, conf. Portaria DNIT nº 434/2017 de 15/03/2017) - Para Frete Fluvial			
Índice de Pavimentação	(Nov/2016)	303,752	CD - Custo Direto (Fluvial)
Índice de Pavimentação	mai/25	587,552	CDA = CD * FA / 0,825
Coeficiente:(FA) Fator de atualização:		1,9343	
Valor Total do Frete: (R\$)		CDA = CD * FA/(1-ICMS)	
		Icms: 19,50 %	
		CDA = R\$	0,00000 Fluvial
Total Produto + Frete R\$	=7323,2466708941 + 723,663703776651 + d	8.046,91 / Ton	SEM BDI







Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data	
Anexo		14 - CM 30 ANP		11/03/2026	
ID:	2508524			Processo	Documento
CRC:	1A03C5EC				
Processo:	1-5688/2026				
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS				
Criação:	11/03/2026 16:19:26	Finalização:	11/03/2026 16:19:27		
MD5:	163BA4E21516D55F8C21B9F4A9BDB9C8				
SHA256:	A3FA19B95BA7E83D878C8867E216F1C3CCA2C74E274A5D2C14B68C80AC47EB89				
Súmula/Objeto:					
Documentação suporte					
INTERESSADOS					
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP		Ji-Paraná		RO	11/03/2026 16:19:26
ASSUNTOS					
REGISTRO DE PREÇO				11/03/2026 16:19:26	

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508524 e o CRC 1A03C5EC.

Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇO - RECOMPOSIÇÃO DE VALAS COM CBUQ

1. OBJETIVO: Esta especificação de serviço tem por finalidade estabelecer os critérios técnicos para a recomposição de valas em vias pavimentadas utilizando Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). Inclui-se a definição do tempo mínimo de espera para permitir a acomodação do solo e o tempo máximo permitido para execução da recomposição asfáltica.

2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

- DNIT 031/2024 - ES - Concreto Betuminoso Usinado a Quente
- DNIT 064/2004 - ES - Camadas de Pavimento
- ABNT NBR 12207/2011 - Execução de Valas para Instalação de Tubulações
- Manual de Obras Viárias do DER-SP
- NOTIFICAÇÃO ORIENTATIVA - SEI/RO – 0039414068
- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CONTRATO - SEI/RO – 0015950691

3. CONDIÇÕES PARA RECOMPOSIÇÃO

3.1. Tempo Mínimo de Espera para Recomposição com CBUQ

- Para garantir a acomodação do solo e evitar recalques diferenciais, a recomposição asfáltica deverá ocorrer após um período mínimo de 3 a 7 dias da finalização da compactação da base, dependendo do tipo de solo e umidade local.
- O período mínimo de espera é necessário para permitir a acomodação do solo e a redistribuição de tensões nas camadas de base. Esse tempo evita recalques diferenciais que poderiam comprometer a durabilidade do pavimento, garantindo maior estabilidade estrutural antes da aplicação do CBUQ. Essa necessidade persiste independentemente da qualidade da compactação realizada, pois o processo de acomodação do solo ocorre naturalmente ao longo do tempo.

3.2. Tempo Máximo Permitido sem Recomposição Asfáltica

- A vala não pode permanecer aberta ou com apenas recomposição provisória por mais de 20 dias corridos após a finalização da compactação.



- O descumprimento deste prazo pode acarretar em penalidades e necessidade de reforço estrutural da base antes da aplicação do CBUQ.
- Extensões superiores a 2 km por frente de serviço, que exigirem demolição de pavimento, terão as medições paralisadas até que o mesmo seja recomposto. Assim, não deve haver mais de 2 km de pavimento demolido sem recomposição por frente de serviço.

4. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PARA APLICAÇÃO DO CBUQ

- É terminantemente proibida a aplicação do CBUQ em dias de chuva, conforme estabelecido pela DNIT 031/2024 - ES, uma vez que a presença de água compromete a aderência e compactação.
- Caso tenha ocorrido chuva nos dias anteriores, a aplicação do CBUQ somente será permitida após 48 horas consecutivas sem precipitação, desde que a umidade da base esteja dentro dos parâmetros adequados.
- A temperatura ambiente deve estar acima de 10°C e a superfície seca antes da execução.

5. PROCEDIMENTO EXECUTIVO

5.1. As valas devem ser abertas e fechadas no mesmo dia, especialmente em locais de grande movimento e travessias, para garantir a segurança do tráfego. Em casos excepcionais, com anuência da FISCALIZAÇÃO e registro em diário de obra, se permanecerem abertas por mais de um dia, devem contar com passadiços provisórios para veículos e pedestres, além de sinalização e proteção adequadas.

5.2. Regularização e compactação do fundo de vala: Deve garantir estabilidade ao assentamento da tubulação, sendo realizada conforme o projeto, removendo materiais inadequados e aplicando material adequado se necessário.

5.3. Compactação da Base: O preenchimento da vala deve ser feito com solo selecionado em camadas de até 20 cm, compactado mecanicamente para reduzir vazios e garantir suporte adequado. Caso ocorram recalques, os serviços devem ser refeitos.

5.4. Sinalização: A CONTRATADA deve garantir a sinalização adequada e a proteção das obras para prevenir acidentes, sendo integralmente responsável por eventuais ocorrências. Deve instalar faixas de segurança para pedestres, especialmente em áreas sensíveis como escolas e hospitais, assegurando sua manutenção diurna e noturna. Além disso, deve manter contínua em todas as frentes de serviço, equipe identificada, treinada e habilitada.

5.5. Espera Mínima: Deve-se aguardar de 3 a 7 dias antes da aplicação do CBUQ para evitar recalques.



5.6. Limpeza e Imprimação: Antes da aplicação do CBUQ, a superfície deve ser varrida e receber imprimação betuminosa para garantir aderência.

5.7. Aplicação do CBUQ: A camada deve ser aplicada com espessura adequada (conforme projeto) e compactada com rolos vibratórios.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

- O descumprimento dos prazos ou diretrizes desta especificação poderá resultar na necessidade de retrabalho e responsabilidade do executor pelos custos adicionais.
- A CONTRATADA deve seguir as diretrizes do Caderno de Especificações Técnicas para a execução da rede de distribuição de água e adutora, utilizando equipe qualificada conforme o cronograma, garantindo a segurança dos trabalhadores e transeuntes, e assegurando o uso de EPIs e EPCs.

Obs.: Tubo, PVC, soldável, de 20mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. AV_06/2022.





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	8 - ESPECIFICACAO DE SERVICO - CBUQ	11/03/2026

ID:	2508543	Processo	Documento
CRC:	FE1A121E		
Processo:	1-5688/2026		
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS		
Criação:	11/03/2026 16:21:33	Finalização:	11/03/2026 16:21:33

MD5:	215E92AECA99B704090969D341243A1A
SHA256:	A97DB2166E3D069A83539213294B78F53B391B19CA3822C453FFEF05265D2A5F

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:21:33
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:21:33
-------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508543 e o CRC FE1A121E.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

INFORMATIVO DE D.MT.

Referente: Transporte de material de 1ª categoria, para
execução de base de solos.

Obra.....: Recuperação de Valas de Esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ

Local.....: Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná/RO

Cidade.....: Ji-Paraná/RO

Extensão.....: 67,00 Km

Informamos para fins de subsidiar a análise de projeto de recuperação de valas de esgoto com CBUQ, que foi definido uma distância de transporte de 15 (quinze) Km, para o material destinado a execução da base de solos. Distância esta tomada como base a média de DMT's de jazidas potenciais existentes no perímetro urbano do município de Ji-Paraná.

Ji-Paraná, 01 de setembro de 2025

Almir dos Santos Ocampos

Engº Civil – CREA-PR 15515-D
(Assinado eletronicamente)





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	12 - 9ª Versão Informativo de D.M.T. -	11/03/2026

ID:	2508522	Processo	Documento
CRC:	CFC9917E		
Processo:	1-5688/2026		
Usuário:	PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS		
Criação:	11/03/2026 16:19:26	Finalização:	11/03/2026 16:19:26

MD5:	CA751363339C19EC0BB6628B953FB1C8
SHA256:	C34ADC97CEED3E012B96C12E2D69B80DBA6E9CDF52F6A65E6B5F2FBB73C04443

Súmula/Objeto:

Documentação suporte


INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:26
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:26
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ALMIR DOS SANTOS OCAMPOS	ENGENHEIRO CIVIL	12/03/2026 07:55:02
---	------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508522 e o CRC CFC9917E.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SETOR DE ENGENHARIA

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: Recuperação de Valas de Esgôto - Base BGS + Capa de CBUQ
LOCAL: Vias Urbanas do Município de Ji-Paraná / RO

INTRODUÇÃO

O presente memorial tem por objetivo descrever os procedimentos que serão utilizados para a execução dos serviços de Recuperação de Valas de esgotamento sanitário de diversas ruas no município Ji-Paraná / RO; com base no projeto executivo elaborado em 2018 pelo consórcio A. Gaspar/ProAcqua cuja concepção de projeto preve a divisão em dois distritos e o mesmo sistema de transporte dos efluentes, tratamento e destino final previstos no projeto básico, ate o sistema de formado por lagoas anaeróbias e facultativas.

OBJETIVO:

Esta especificação de serviço tem por finalidade estabelecer os critérios técnicos para a recomposição da camada superior, envolvendo a base de brita graduada simples – BGS, com espessura de 15,00cm, adensada e a capa de rolamento em C.B.U.Q – Faixa “C” do Dnit, com espessura de 5,00cm, adensado, de valas em vias pavimentadas. Considerando-se a definição do tempo mínimo de espera para permitir a acomodação do solo e o tempo máximo permitido para execução da recomposição asfáltica.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

- DNIT 443/2023 - ME – Compactação de solos
- DNIT 137/2010-ES – Regularização e compactação do subleito
- DNIT 031/2024 - ES - Concreto Betuminoso Usinado a Quente
- DNIT – Projeto de Norma – Sub Base ou Base de brita graduada simples
- DNIT 064/2004 - ES - Camadas de Pavimento
- ABNT NBR 12207/2011 - Execução de Valas para Instalação de Tubulações

CONDIÇÕES PARA RECOMPOSIÇÃO

Tempo Mínimo de Espera para Recomposição com CBUQ

- Para garantir a acomodação do solo e evitar recalques diferenciais, a recomposição asfáltica deverá ocorrer após um período mínimo de 3 a 7 dias da finalização da compactação da base, dependendo do tipo de solo e umidade local.
- O período mínimo de espera é necessário para permitir a acomodação do solo e a redistribuição de tensões nas camadas de base. Esse tempo evita recalques diferenciais que poderiam comprometer a durabilidade do pavimento, garantindo maior estabilidade estrutural antes da aplicação do CBUQ. Essa necessidade persiste independentemente da qualidade da compactação realizada, pois o processo de acomodação do solo ocorre naturalmente ao longo do tempo.

Tempo Máximo Permitido sem Recomposição Asfáltica

- A vala não pode permanecer aberta ou com apenas recomposição provisória por mais de 20 dias corridos após a finalização da compactação.
- O descumprimento deste prazo pode acarretar em penalidades e necessidade de reforço estrutural da base antes da aplicação do CBUQ.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SETOR DE ENGENHARIA

- Extensões superiores a 2 km por frente de serviço, que exigirem demolição de pavimento, terão as medições paralisadas até que o mesmo seja recomposto. Assim, não deve haver mais de 2 km de pavimento demolido sem recomposição por frente de serviço.
- Observadas as condições anteriores, as frentes de serviços somente serão liberadas para execução das etapas de base de BGS e capa de rolamento, após efetuadas os ensaios geotécnicos qua garantam que a camada superior de solo atendam as especificações de serivços para a camada de subleito - DNIT 137/2010-ES.

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PARA APLICAÇÃO DO CBUQ

- É terminantemente proibida a aplicação do CBUQ em dias de chuva, conforme estabelecido pelo DNIT 031/2024 - ES, uma vez que a presença de água compromete a aderência e compactação.
- Caso tenha ocorrido chuva nos dias anteriores, a aplicação do CBUQ somente será permitida após 48 horas consecutivas sem precipitação, desde que a umidade da base esteja dentro dos parâmetros adequados.
- A temperatura ambiente deve estar acima de 10°C e a superfície seca antes da execução.

PROCEDIMENTO EXECUTIVO

Os serviços integrantes deste projeto contemplam a execução de base de brita graduada simples - BGS, imprimação da base, pintura de ligação e execução da capa, com CBUQ, na espessura de 5,00cm, adensado.

A empresa contratada receberá como etapa preliminar, as valas devidamente reaterradas e compactadas, sendo que todos os serviços que compreendem estas etapas, deverão estar em consonância com as Especificações de Seviços pertinentes.

Preliminarmente à execução dos serviços de base e capa de rolamento, deverá a empresa contratada proceder a execução dos ensaios de laboratório, com a finalidade de aferição do grau de compactação e índice de suporte califórnia, da camada final do aterro, que deverá ser considerada como camada de subleito e estar em consonância com a DNIT 137/2010-ES.

Efetuados os ensaios de laboratório, se os mesmos estiverem em desacordo com as especificações de serviços pertinentes, deverá ser comunicado imediatamente a fiscalização, para que esta contate a empresa responsável pela execução do assentamento das tubulações da rede de Esgoto, para que esta proceda a reparação dos serviços de execução do aterro, no segmento que está em desacordo com as normas regulamentadoras.

Base de Brita Graduada Simples - BGS:

Estes serviços só poderão ser iniciados, após a conclusão da regularização do subleito, no caso deste projeto, valas compactadas entregues pela empresa responsável pela execução da rede de esgoto. E após a aceitação dos resultados apresentados pelos ensaios de laboratório e deverão ser executados em conformidade com as seções transversais tipo do projeto e compreenderá as seguintes operações: fornecimento dos materiais, mistura, espalhamento, compactação e acabamento.

O preenchimento da vala deve ser feito com material proveniente, exclusivamente de produtos de britagem previamente classificados, o índice de Suporte Califórnia deverá ser igual ou superior a 80%, executados em camada de 15 cm, compactado mecanicamente para reduzir vazios e garantir suporte adequado. Caso ocorram recalques, os serviços devem ser refeitos.

Equipamentos

Os serviços de construção da camada de base deverão ser executados mecanicamente, constando o equipamento mínimo necessário de: minicarregadeira, carro tanque distribuidor de água, rolo compactador vibratório liso e caminhões basculantes para o transporte dos materiais.

Execução





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SETOR DE ENGENHARIA

A execução constará das operações de mistura, fornecimento, espalhamento, compactação, umedecimento e acabamento dos materiais importados, de modo que, após a compactação seja obtida a espessura de projeto.

Medição

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado na pista, de acordo com a seção transversal típica. No caso de espessura maior que a do projeto, será considerado apenas o projeto.

IMPRIMAÇÃO

A imprimação com consiste numa pintura ligante e impermeabilizante, que recobre a camada da base. Além disto, tem por função fixar as partículas soltas na superfície da base.

Materiais

O material utilizado para a pintura impermeabilizante é derivado do petróleo, conhecido como asfalto diluído (CM-30); a taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 1,2 L/m². Após a cura do CM-30 (72 horas), aplica-se a pintura de ligação e posteriormente o C.B.U.Q.

Equipamentos

A imprimação será executada após a base estar perfeitamente compactada e no greide do pavimento existente, utilizando-se para tal o caminhão espargidor.

Execução

O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material, deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor.

A área imprimada que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície imprimada

Medição

A medição dos serviços de imprimação será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto

PINTURA DE LIGAÇÃO

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre a camada da base, e tem como finalidade proporcionar a ligação entre a camada de base e a capa de rolamento (C.B.U.Q.)

Materiais

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-1C, à taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,45 L/m².

Execução

O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor.

A área a ser pintada deve estar seca, com a imprimação devidamente curada. Este serviço é vedado caso a superfície estiver molhada ou quando a temperatura do ar for inferior a 10°C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SETOR DE ENGENHARIA

receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada.

Medição

A medição dos serviços de pintura de ligação será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto geométrico.

REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada.

Material Betuminoso

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP 50/70), com teor asfáltico de 5,2%, parametrizado pela faixa de trabalho do projeto de C.B.U.Q

Agregado Graúdo

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

Agregado Miúdo

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem angulosidade moderada, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outras substâncias nocivas.

Execução

O revestimento será em C.B.U.Q. (concreto betuminoso usinado à quente), e deve obedecer a faixa “C” especificada pelo DNIT.

O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação e deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165°C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120°C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura.

A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada através de motoniveladora e vibro-acabadora, com as espessuras descritas nos projetos técnicos em anexo. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem). No caso específico deste projeto, a distribuição poderá ser efetuada mediante utilização de minicarregadeiras e ferramentas manuais.

A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura fique abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o lado mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro.

Os rolos compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória.

As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

Medição





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
SETOR DE ENGENHARIA

A aferição das quantidades de serviços executados dar-se-á com base em medição de campo, com elaboração de “AS BUILT” detalhado dos locais de execução, onde deverá constar as extensões, larguras e espessura da camada de capa aplicada.

À fiscalização reserva-se o direito de exigir da contratada, laudo técnico que comprove a espessura especificada em projeto, a densidade do CBUQ e o teor de CAP presente na camada asfáltica. O laudo técnico deverá ser realizado por empresa idônea e deverá ser acompanhado de ART do profissional responsável pelo serviço.

Para garantir a dosagem adequada do C.B.U.Q, a contratada deverá apresentar o ***ensaio Marshal*** da massa a ser aplicada na capa de rolamento. O ensaio deverá ser apresentado assim que for expedido a “O.S.” – ordem de serviço.

SINALIZAÇÃO

A CONTRATADA deve garantir a sinalização adequada e a proteção das obras para prevenir acidentes, sendo integralmente responsável por eventuais ocorrências. Deve instalar faixas de segurança para pedestres, especialmente em áreas sensíveis como escolas e hospitais, assegurando sua manutenção diurna e noturna. Além disso, deve manter contínua em todas as frentes de serviço, equipe identificada, treinada e habilitada.

Ji-Paraná/RO, 16 de julho de 2025.

Almir dos Santos Ocampos

CREA/PR 15515-D

Visto CREA/RO 1864/86





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	7 - MD - Recuperação de valas de Esgoto	11/03/2026

ID: **2508518**

CRC: **E94725AA**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:26** Finalização: **11/03/2026 16:19:26**

Processo



Documento



MD5: **A661DAA8D6297EAE8CC63E46E94378**

SHA256: **DCC2CF45C051AEF805950D6C62D7BC0A00092D7CBC85F533DFAE643EB74C70C4**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

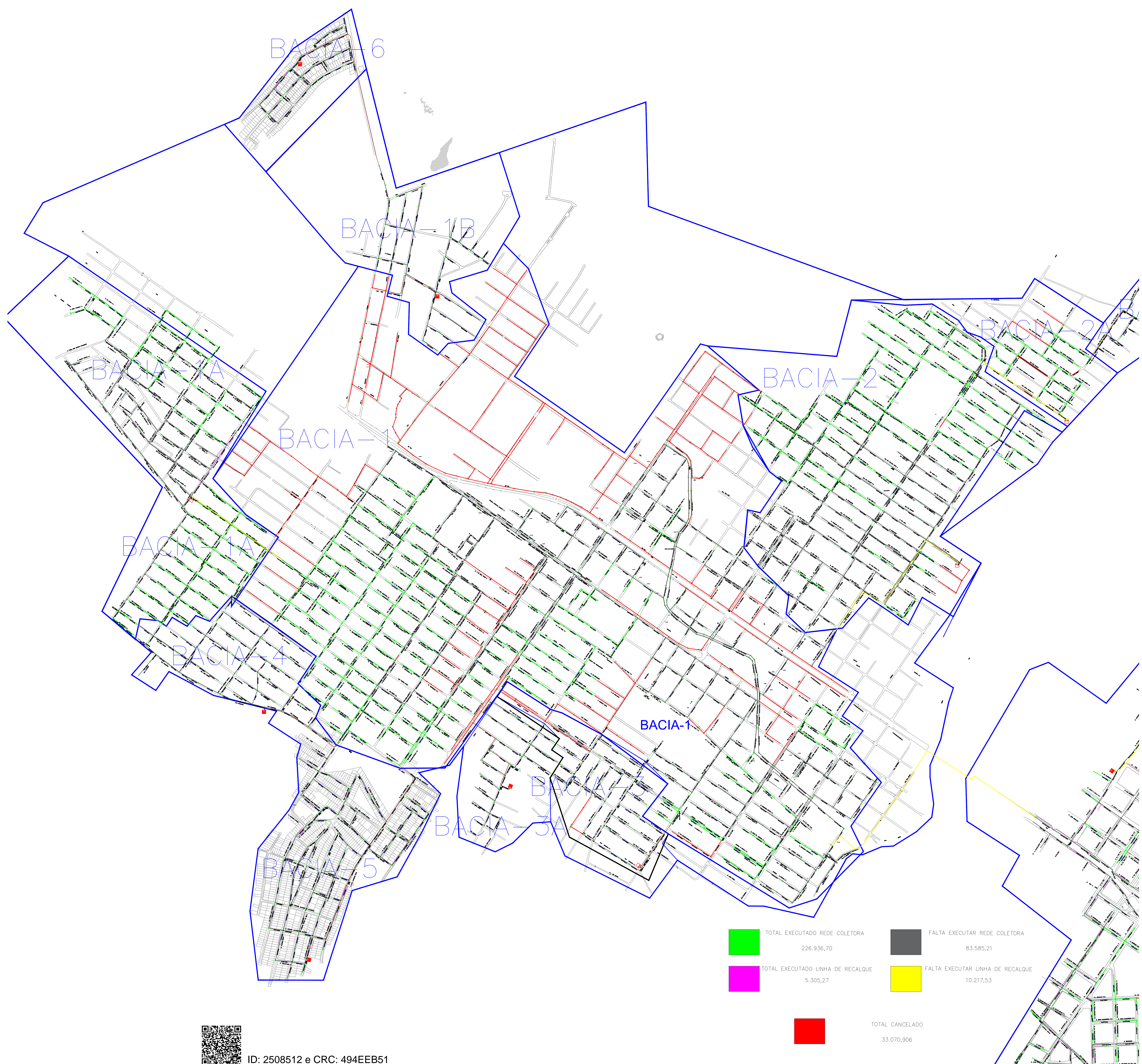
INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:26
--	-----------	----	---------------------


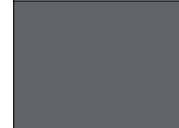


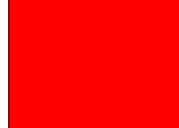
ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:26
-------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508518 e o CRC E94725AA.



ID: 2508512 e CRC: 494EEB51

	TOTAL EXECUTADO REDE COLETORA		FALTA EXECUTAR REDE COLETORA
	226.936,70		83.585,21
	TOTAL EXECUTADO LINHA DE RECALQUE		FALTA EXECUTAR LINHA DE RECALQUE
	5.305,27		10.217,53
	TOTAL CANCELADO		
	33.070,906		



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	1 - Planta da Rede de Esgoto - Trecho	11/03/2026

ID: **2508512**

CRC: **494EEB51**

Processo: **1-5688/2026**

Usuário: **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS**

Criação: **11/03/2026 16:19:25** Finalização: **11/03/2026 16:19:25**

Processo



Documento



MD5: **33824229D52EC2316D0E7A8EEC07AD19**

SHA256: **4A35B293F83E6AA38B301946B7E1AE475376087DC57FF0B6370668FF3F74667A**

Súmula/Objeto:

Documentação suporte

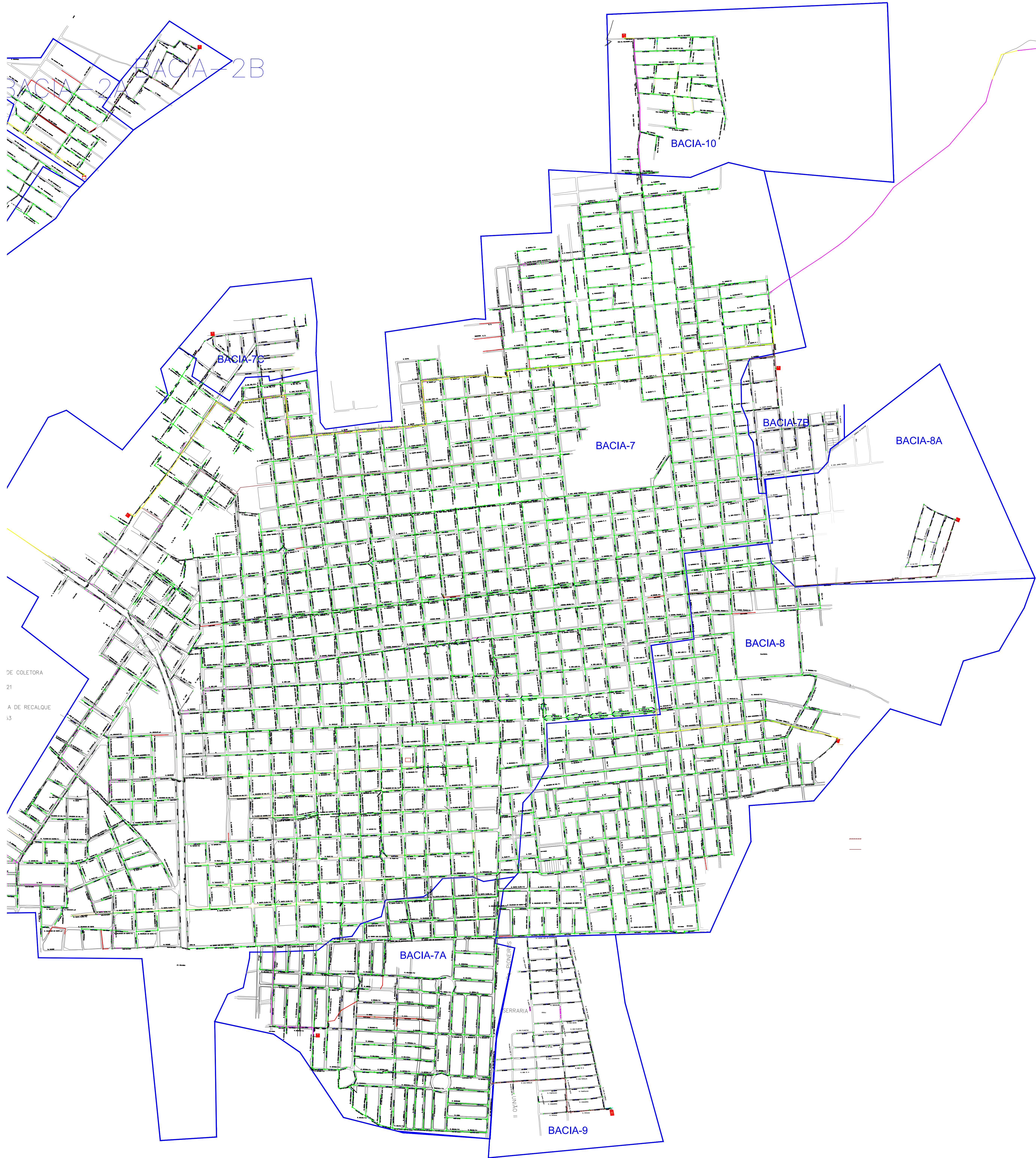
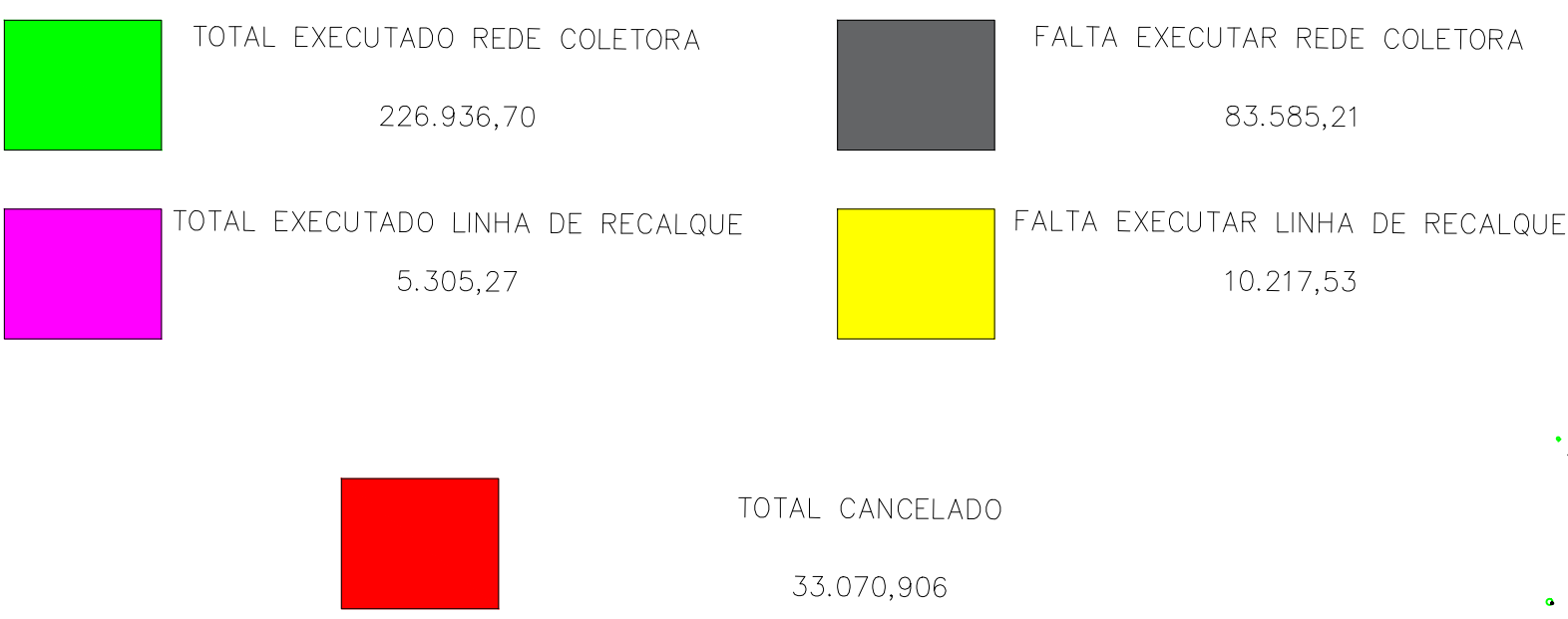
INTERESSADOS

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO	11/03/2026 16:19:25
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	11/03/2026 16:19:25
-------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508512 e o CRC 494EEB51.





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	2 - Planta da Rede de Esgoto - Trecho	11/03/2026
ID: 2508513	Processo	Documento
CRC: CF191ECE		
Processo: 1-5688/2026		
Usuário: PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS		
Criação: 11/03/2026 16:19:25	Finalização: 11/03/2026 16:19:25	
MD5: 1827FFBAB0D66D70C94AE65369754DF7		
SHA256: 253E37E117530D450CDF1258183D89BF79836FB99C20EFCBDE989BD027A0E83B		
Súmula/Objeto:		
Documentação suporte		
INTERESSADOS		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	Ji-Paraná	RO 11/03/2026 16:19:25
ASSUNTOS		
REGISTRO DE PREÇO		11/03/2026 16:19:25

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2508513 e o CRC CF191ECE.



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº: 1-5688/2026.

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

A necessidade da contratação decorre da exigência de recomposição asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) nos trechos viários do Município de Ji-Paraná que serão impactados pelas obras de implantação da rede coletora do sistema de esgotamento sanitário.

A execução dessas obras de saneamento, embora essencial para a promoção da saúde pública e da qualidade de vida da população, implica na abertura de valas em vias públicas pavimentadas, resultando na danificação ou destruição do pavimento existente. Sem uma recomposição adequada, esses trechos tornam-se focos de degradação urbana, comprometendo a trafegabilidade, a segurança viária, a mobilidade urbana e até mesmo o acesso de serviços públicos como transporte coletivo e coleta de resíduos.

Sob a ótica do interesse público, a ausência da recomposição do pavimento pode gerar impactos diretos negativos à população, como:

- Risco de acidentes e danos a veículos, sobretudo em regiões de tráfego intenso;
- Aumento da poeira e da poluição em áreas urbanas;
- Prejuízos econômicos ao comércio local devido à redução da acessibilidade;
- Desvalorização dos imóveis e espaços públicos;
- Aumento nos custos futuros de manutenção corretiva, que sobrecarregam o orçamento público.

A contratação, portanto, é imprescindível para garantir a integridade da malha viária e proteger os investimentos públicos em infraestrutura sanitária. Além disso, assegura que os benefícios do sistema de esgotamento não sejam comprometidos por problemas paralelos na pavimentação, reforçando o compromisso da administração municipal com a eficiência da gestão pública, a qualidade dos serviços urbanos e a dignidade dos cidadãos.

Ao preservar a funcionalidade das vias e promover a recuperação eficiente e durável do pavimento, esta contratação responde diretamente aos princípios constitucionais da continuidade do serviço público, da economicidade, da eficiência e da supremacia do interesse público.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO;

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025/2026 da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, uma vez que decorre de repasse de recursos estaduais firmado no próprio exercício de 2025/2026, por meio de convênio com a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos SEOSP.

Houve a Necessidade de elaboração do **Documento de Formalização de Demanda (Transferência Voluntárias)** [Anexo DFD_Formalizacao_de_Demanda-1656 de 11/03/2026 \(ID 2508564\)](#);

Tais contratações emergem de demandas extraordinárias e supervenientes, vinculadas à celebração de instrumentos de transferência voluntária de recursos, os quais não estavam previstos no ciclo de planejamento anual anterior. Em razão de sua natureza vinculada ao repasse e ao cronograma definido pela entidade concedente, não foi possível sua inserção no PCA elaborado no exercício anterior.

Apesar de não constar formalmente no PCA 2025/2026, a contratação está plenamente alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Municipal, especialmente no que se refere à:

- Melhoria da infraestrutura urbana;
- Valorização da mobilidade e da qualidade de vida da população;
- Integração com ações estruturantes na área de saneamento básico.

Cabe destacar que a Administração manterá o compromisso com a transparência e o planejamento adequado, promovendo os ajustes necessários no Plano de Contratações para os exercícios seguintes, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019 e suas atualizações.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais, visando garantir a adequada recomposição asfáltica com CBUQ nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO impactadas pelas obras de implantação das redes de esgotamento sanitário:

Requisitos Técnicos

- Material de recomposição: deverá ser utilizado Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e normas do Sistema de Custo Rodoviário (SICRO);
- Camadas de pavimentação: execução de base e sub-base com brita graduada simples (BGS), base estabilizada granulometricamente e posterior aplicação do revestimento asfáltico em CBUQ, com controle de compactação;
- Ensaios técnicos obrigatórios:
 - Ensaio Proctor;
 - Densidade in situ nas camadas de sub-base e base;
- Pintura de ligação: execução de pintura de ligação antes da aplicação da massa asfáltica;
- Aquisição e transporte de insumos: incluindo emulsões asfálticas (RR-1C), CAP 50/70 e CM-30;
- Execução conforme normas técnicas de segurança e ambientais, incluindo licenciamento de jazidas, PGR, PCMSO, PRAD e ART.

Requisitos Operacionais

- Prazo de execução: estimado em 30 meses, com cronograma físico-financeiro definido conforme avanço das etapas e repasse de recursos;
- Extensão prevista de recomposição: aproximadamente 67.000 metros lineares de valas;
- Local de execução: vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO;

- Responsabilidade pela execução: empresa contratada por meio de processo licitatório, sob fiscalização técnica da Prefeitura;
- Infraestrutura de apoio: deverá ser previsto o uso de contêineres, veículos de apoio, banheiros químicos e alimentação para o canteiro de obras.

Requisitos Legais e Contratuais

- Execução indireta por empresa contratada, conforme regime de empreitada por preço unitário;
- Licenciamento ambiental exigido para uso de jazidas, com emissão das respectivas autorizações legais conforme CONAMA 237/97 e legislação estadual;
- Apresentação de ART por profissionais responsáveis pelos serviços técnicos;
- Atendimento às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR 1, NR 7, NR 9, NR 18);
- Conformidade com as regras do convênio firmado com o Estado de Rondônia, com prestação de contas e vinculação dos recursos públicos ao objeto pactuado;
- Acompanhamento físico-financeiro mensal, com medições validadas pela fiscalização e repasses proporcionais ao avanço das obras.
- A subcontratação será tratada no tópico 8 deste ETP.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;

A estimativa de quantidades para a contratação foi elaborada com base em levantamentos técnicos, projeções de trechos afetados pelas obras de esgotamento sanitário e parametrizações de produtividade dos serviços, considerando as tabelas de referência Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, Base SBC e Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO-RO.

Os quantitativos refletem as intervenções previstas para a recomposição de 67.000 metros lineares de valas, abrangendo todas as camadas da estrutura do pavimento e os serviços complementares indispensáveis à plena execução da obra:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - SEM DESONERAÇÃO					
ITEM	CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DO TRABALHO	UNID	QTDE
1.1	103689	SINAPI	Fornecimento implantação placa de inform de obras com suporte e travessa - 4,00 x 2,00 m	m²	16,00
1.2	9748005-DER	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR' 1, NR 9 e NR 18.	unid	1,00
1.3	9748003-DER	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	unid	1,00
1.4	9748005-DER	Próprio	PCA, PRAD E Licenciamento Ambiental de Jazidas de Cascalho ATÉ 2 HA - Conforme Licenciamento CONAMA - 237/97 - LEI Nº 3941/2016 de 12/12/2016 - Anexo I, ITEM 4 - Sub-Item 4.6	unid	1,00
1.5	Taxa Crea	CREA-RO	ART de orçamento de obra	unid	1,00
1.6	10075	SBC	Locação de container para deposito de ferramentas e materiais diversos - no canteiro	mês	30,00

			de obras		
1.7	0001-I.A	Próprio	Locação de banheiros químicos para uso dos funcionários - no canteiro de obras	mês	30,00
1.8	10775	SINAPI	Locação de container 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, com 1 sanitário, para escritório, completo, sem divisórias internas	mês	30,00
1.9	COMP 0120	Próprio	Administração local da obra - proporcional ao avanço da obra	%	1
1.10	0004-I.A	Próprio	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,54 t - 93 kW (Apoio)	mês	30,00
1.11	0002-I.A	Próprio	"Proctor e densidade in situ" - ensaio de jazidas	unid	15,00
1.12	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - Sub Base executada pela empresa de implantação da rede de esgoto	unid	670,00
1.13	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - da base de BGS	unid	670,00
2.0			TERRAPLENAGEM		
2.1	4805757	SICRO3	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	12.060,00
2.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Bota Fora	t x Km	146.981,25
2.3	100574	SINAPI	Espalhamento do material de bota fora	m³	15.075,00
3.0			PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ - RECOBRIMENTO DA VALA		
3.1	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - Execução	m³	9.045,00
3.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Massa asfáltica CBUQ	t x Km	74.889,71
3.3	4011353	SICRO3	Pintura de ligação	m²	80.400,00
3.4	4011463	SICRO3	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (Usinagem + Execução) só falta o CAP 50/70	t	9.840,96
3.5	4011219	SICRO3	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida - 100% Proctor modificado	m³	1.206,00
3.6	5914374	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	t x Km	33.466,50
4.0			AQUISIÇÃO DE AGREGADOS MINERAIS		
4.1	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - materiais e equipamentos	m³	9.045,00
4.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Brita Graduada (Usina/Pista)	t x Km	103.248,68

5.0			AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO		
5.1	RR - 1C	ANP	Aquisição e Transporte de Emulsão Asfáltica RR-1C para Ji-Paraná	t	36,18
5.2	CAP 50/70	ANP	Aquisição e Transporte de CAP 50/70 para Ji-Paraná	t	511,73
5.3	CM - 30	ANP	Aquisição e Transporte de Asfalto diluído - CM-30 para Ji-Paraná	t	96,48
			SUB TOTAL		
6.0			RESTAURAÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIARES (ÁGUA)		
6.1	89355	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	300,00
6.2	89375	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	100,00
6.3	89356	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	200,00
6.4	89382	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	60,00
6.5	89357	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	150,00
6.6	89390	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	30,00

Fonte: [\(ID 2508529\)](#)

As intervenções serão executadas conforme relação de vias constante nos documentos técnicos [Anexo 1 - Planta da Rede de Esgoto - Trecho executado -1 de 11/03/2026 \(ID 2508512\)](#) e [Anexo 2 - Planta da Rede de Esgoto - Trecho executado -2 de 11/03/2026 \(ID 2508513\)](#), o qual integra o presente processo administrativo e contém a identificação detalhada das ruas, trechos e extensões a serem atendidas.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS PARA A CONTRATAÇÃO, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Além da definição da solução técnica (CBUQ), foram analisadas três **formas possíveis de execução** do objeto, considerando as capacidades operacionais da Administração e o melhor atendimento ao interesse público:

1. Execução Direta pela Administração Pública (Execução Própria)

Descrição: Modalidade em que a própria Prefeitura realiza os serviços com pessoal, equipamentos e materiais próprios, assumindo diretamente todas as etapas operacionais e logísticas da obra.

Análise técnica e institucional:

- Recursos humanos: A Prefeitura não dispõe de equipe técnica operacional, nem quantitativa nem qualitativamente, especializada em serviços de terraplenagem, usinagem e aplicação de CBUQ;

Equipamentos: Não há frota de maquinário pesado disponível (rolo compactador, vibroacabadora, usina de asfalto, caminhões basculantes, entre outros);

- Capacidade de produção: Os prazos e volumes estimados no plano de trabalho (67.000 metros de recomposição) excedem a capacidade operacional do município;
- Riscos elevados: A execução direta aumentaria o risco de atrasos, baixa qualidade, improdutividade e dificuldade de controle técnico.

2. Contratação de Empresa Especializada (Execução Indireta)

Descrição: Execução por meio de licitação, com contratação de empresa do setor privado especializada em obras de infraestrutura viária e pavimentação asfáltica.

Análise técnica e institucional:

- Eficiência operacional: Empresas do setor possuem estrutura, maquinário e equipes técnicas qualificadas para cumprir grandes volumes de serviços com rapidez e controle de qualidade;
- Segurança jurídica: É a forma mais comum e segura de execução em obras públicas de médio e grande porte, com base na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações);
- Fiscalização simplificada: Permite que a fiscalização municipal atue de forma mais estratégica, validando medições e acompanhando marcos contratuais;
- Custo competitivo: A contratação por empreitada por preço unitário, baseada em tabelas públicas (SINAPI e SICRO), garante economicidade e previsibilidade financeira.

3. Parceria com Outros Entes Públicos (Consórcio ou Cooperação Técnica)

Descrição: Execução mediante convênio ou consórcio intermunicipal, em que os entes públicos compartilham recursos, pessoal ou estrutura técnica para execução conjunta da obra.

Análise técnica e institucional:

- Coordenação complexa: Requer articulação política e técnica entre entes com diferentes estruturas e prioridades;
- Incompatibilidades jurídicas e orçamentárias: Dificuldade em alinhar cronogramas, fontes de recurso, metas e medições;
- Escopo restrito: Poucos consórcios regionais possuem estrutura adequada para execução específica de recomposição asfáltica com CBUQ;
- Risco de judicialização: Maior complexidade na responsabilidade técnica e financeira entre os partícipes.

Critério	Execução Direta	Empresa Especializada	Consórcio Intermunicipal
Capacidade Técnica	Insuficiente	Alta	Variável
Custo	Elevado (ineficiente)	Competitivo	Indefinido
Prazos e Escalabilidade	Risco de atraso	Alta produtividade	Dependente de articulação
Qualidade da Execução	Baixo controle técnico	Padrão de mercado	Variável
Segurança Jurídica	Limitada	Alta (amparada na Lei 14.133/21)	Média

4. Solução Escolhida e Justificativa

A solução escolhida é a Contratação de Empresa Especializada (Execução Indireta), e a justificativa técnica e econômica para esta escolha está claramente demonstrada através da eliminação das outras alternativas e da comparação de critérios:

5. Justificativa Técnica

Inviabilidade da Execução Direta: A Prefeitura não possui equipe técnica operacional nem maquinário pesado (como usina de asfalto, rolo compactador, vibroacabadora) para realizar os serviços de terraplenagem, usinagem e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). O volume e prazo de 67.000 metros excedem a capacidade operacional do município.

Superioridade da Execução Indireta: Empresas especializadas possuem estrutura, maquinário e equipes técnicas qualificadas para cumprir grandes volumes de serviço com rapidez e controle de qualidade. Isso também simplifica a fiscalização municipal, que se torna mais estratégica.

Inviabilidade do Consórcio/Cooperação: Essa alternativa foi descartada por exigir coordenação complexa, apresentar incompatibilidades jurídicas e orçamentárias, e ter um risco de judicialização mais alto.

6. Justificativa Econômica

O quadro comparativo acima indica que a Empresa Especializada é a opção de Custo Competitivo , enquanto a Execução Direta seria Elevada (ineficiente) e o Custo do Consórcio seria Indefinido.

A contratação por empreitada por preço unitário, baseada em tabelas públicas (SINAPI, SICRO), garante economicidade e previsibilidade financeira.

A ineficiência operacional e o risco de atrasos da Execução Direta implicariam em custos futuros mais altos.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA, QUANDO COUBER, DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, PODENDO SER UTILIZADO TODOS OS MÉTODOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO PRÓPRIO PARA A PESQUISA DE PREÇOS, BEM COMO A OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES, DEVIDAMENTE CERTIFICADAS, NO MERCADO LOCAL;

Quando da elaboração dos projetos, os preços unitários adotados têm como referência as tabelas de preços unitários vigentes, ocorrendo que durante o lapso temporal decorrido na fase de análise e aprovação pelo órgão conveniente, assim como assinatura do termo de convênio, possam sofrer alterações sem impacto significativo no valor total do projeto, passíveis de equilíbrio por reajustamentos, conforme previsto no Termo de Referência e contrato.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - SEM DESONERAÇÃO						Data:	Abril de 2026
ITEM	CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DO TRABALHO	UNID	QTDE	CUSTO UNIT	Total
1.1	103689	SINAPI	Fornecimento implantação placa de informação de obra com suporte e travessa - 1,50 x 2,00 m	m²	16,00	465,22	7.443,52
1.2	9748005-DER	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR' 1, NR 9 e NR 18.	unid	1,00	4.813,35	4.813,35
1.3	9748003-DER	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	unid	1,00	3.365,81	3.365,81
1.4	9748005-DER	Próprio	PCA, PRAD E Licenciamento Ambiental de Jazidas de Cascalho ATÉ 2 HA - Conforme Licenciamento CONAMA - 237/97 - LEI Nº 3941/2016 de 12/12/2016 -	unid	1,00	22.457,63	22.457,63

			Anexo I, ITEM 4 - Sub-Item 4.6				
1.5	Taxa Crea	CREA-RO	ART de execução de obra	unid	1,00	271,47	271,47
1.6	10075	SBC	Locação de container para depósito de ferramentas e materiais diversos	mês	30,00	1.195,31	35.859,30
1.7	0001-I.A	Próprio	Locação de banheiros químicos para uso dos funcionários	mês	30,00	250,00	7.500,00
1.8	COT.001	SINAPI	Locação de imóvel para funcionamento de escritório - 70,00m²	mês	30,00	1.599,90	47.997,00
1.9	COMP 0120	Próprio	Administração local da obra - proporcional ao avanço da obra	%	1,00	167.490,00	167.490,00
1.10	0004-I.A	Próprio	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,54 t - 93 kW (Apoio)	mês	30,00	11.388,65	341.659,53
1.11	0002-I.A	Próprio	"Proctor e densidade in situ" - ensaio de jazidas	unid	15,00	389,30	5.839,50
1.12	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - Sub Base executada pela empresa de implantação da rede de esgoto	unid	670,00	85,20	57.084,00
1.13	0003-I.A	Próprio	Controle de compactação de valas - Densidade in situ - da base de BGS	unid	670,00	85,20	57.084,00
							758.865,11
2.0			TERRAPLENAGEM				
2.1	4805757	SICRO3	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	12.060,00	6,84	82.490,40
2.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Bota Fora	t x Km	146.981,25	0,85	124.934,06
2.3	100574	SINAPI	Espalhamento do material de bota fora	m³	15.075,00	1,52	22.914,00
							230.338,46
3.0			PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ - RECOBRIMENTO DA VALA				
3.1	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - Execução	m³	9.045,00	8,56	77.425,20
3.2	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Massa asfáltica CBUQ	t x Km	74.889,71	0,85	63.656,25
3.3	4011353	SICRO3	Pintura de ligação	m²	80.400,00	0,29	23.316,00
3.4	4011463	SICRO3	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (Usinagem + Execução) só falta o CAP 50/70	t	9.840,96	218,98	2.154.973,42
3.5	4011219	SICRO3	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida	m³	1.206,00	15,30	18.451,80

3.6	5914374	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	t x Km	33.466,50	1,06	35.474,49
							2.373.297,16
4.0			AQUISIÇÃO DE AGREGADOS MINERAIS				
4.4	4011276	SICRO3	Base ou sub-base de brita graduada com brita comercial - materiais e equipamentos	m³	9.045,00	296,97	2.686.093,65
4.5	5914389	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada - Brita Graduada (Usina/Pista)	t x Km	103.248,68	0,85	87.761,37
							2.773.855,02
5.0			AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO				
5.1	RR - 1C	ANP	Aquisição e Transporte de Emulsão Asfáltica RR-1C para Ji-Paraná	t	36,18	5.167,15	186.947,47
5.2	CAP 50/70	ANP	Aquisição e Transporte de CAP 50/70 para Ji-Paraná	t	511,73	6.595,34	3.375.034,59
5.3	CM - 30	ANP	Aquisição e Transporte de Asfalto diluído - CM-30 para Ji-Paraná	t	96,48	8.046,91	776.365,91
							4.338.347,97
6.0			RESTAURAÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIARES (ÁGUA)				
6.1	89355	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	300	22,72	6.815,98
6.2	89375	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 20mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	100	12,62	1.262,00
6.3	89356	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	200	26,25	5.249,87
6.4	89382	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	60	15,16	909,60
6.5	89357	SINAPI	Tubo, PVC, soldável, de 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	150	35,61	5.341,49
6.6	89390	SINAPI	União, PVC, soldável, dn 32mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. AF_06/2022	m	30	22,32	669,60

							20.248,54
			TOTAL DE MATERIAIS				7.132.451,53
			Percentual de B.D.I - Sem Desoneração	BDI	13,52%		964.307,45
			TOTAL COM B.D.I				8.096.758,98
			TOTAL GERAL				12.219.184,87

Fonte: (ID 2508529)

COMPOSIÇÃO DO BDI				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Construção de rodovias e ferrovias.	19,60	20,97	24,23	
DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	%
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	4,50
Seguro e Garantia (*)	0,32%	0,40%	0,74%	0,61
Risco	0,50%	0,56%	0,97%	0,77
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%	1,16
Lucro	6,64%	7,30%	8,69%	8,00
COFINS	3,00			3,00
PIS	0,65			0,65
ISSQN (**)	2,00-5,00			2,00
CPRN	4,50			4,50

Fonte: (ID 2508526)

	Adotado %				
AC: taxa de administração central	4,50				
S: taxa de seguros e garantias	0,61				
R: taxa de riscos	0,77				
DF: taxa de despesas financeiras	1,16				
L: taxa de lucro/ remuneração	8,00				
		PIS	COFINS	ISS	CPRB
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	5,65	0,65	3,00	2,00	
BDI (%) (SEM CPRB) =	22,60	SEM DESONERAÇÃO			
BDI (%) (COM CPRB) =					

Fonte: (ID 2508526)

COMPOSIÇÃO DO BDI - MATERIAIS				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Construção de rodovias e ferrovias.	19,60	20,97	24,23	
DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	%
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	4,50
Seguro e Garantia (*)	0,32%	0,40%	0,74%	0,61
Risco	0,50%	0,56%	0,97%	0,77
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%	1,16
Lucro				
COFINS	3,00			3,00
PIS	0,65			0,65
ISSQN (**)	2,00-5,00			2,00
CPRN				

	Adotado %				
AC: taxa de administração central	4,50				
S: taxa de seguros e garantias	0,61				
R: taxa de riscos	0,77				
DF: taxa de despesas financeiras	1,16				
L: taxa de lucro/ remuneração					
		PIS	COFINS	ISS	CPRB
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	5,65	0,65	3,00	2,00	
BDI (%) (SEM CPRB) =	13,52	SEM DESONERAÇÃO			
BDI (%) (COM CPRB) =					

Fonte: (ID 2508527)

Conforme se infere do [Anexo PLANO_DE_TRABALHO_REV_03.2 de 11/03/2026 \(ID 2508627\)](#), o valor que o concedente arcaria seria no montante de R\$ 12.866.811,47, contudo, após nova composição de planilha [Anexo 19 - P.O PREF JIPA 2026 de 11/03/2026 \(ID 2508529\)](#), o valor que o poder concedente arcará é de R\$ 12.219.184,87. Havendo assim a posterior devolução do valor excedente ao Governo do Estado de Rondônia por parte do município de Ji-Paraná.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Em relação à forma de execução, a opção pela contratação de empresa especializada foi amplamente justificada. A execução direta pela administração foi descartada por falta de estrutura técnica, pessoal e logística. Já a possibilidade de consórcios intermunicipais ou convênios foi considerada juridicamente e administrativamente inviável, diante da complexidade de gestão compartilhada, descompasso de cronogramas e restrições legais. A contratação, portanto, respeita plenamente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, supremacia do interesse público e planejamento, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Está também alinhada aos objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, especialmente nas áreas de infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento e sustentabilidade.

Ademais, o planejamento da contratação foi embasado em dados objetivos, orçamentos de referência (SINAPI, SICRO, SBC), cronogramas físicos e financeiros detalhados, e estimativas técnicas fundamentadas. Ainda que não prevista originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA), sua inclusão emergencial se justifica pela formalização superveniente do convênio estadual no ano de 2025, o que configura uma demanda legítima, vinculada à oportunidade de investimento externo e de alta relevância para o município. Assim, recomenda-se a formalização do processo de contratação por meio de licitação, com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, de modo a viabilizar a execução tempestiva e eficiente das obras previstas, garantindo que os investimentos em saneamento básico sejam acompanhados por soluções estruturadas de recomposição viária, com reflexos positivos e duradouros para a qualidade de vida da população ji-paranaense.

É de interesse da administração pública que o processo seja licitado como serviço comum de engenharia na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** e posterior seja emitida a confecção da Ata de Registro de Preço - ARP sob a aferência do metro (m) executado:

Valor total da composição de custo: R\$ 12.219.184,87dividido pelo valor total de metros a serem executados: 67.000, assim temos o seguinte item para embasar o certame licitatório:

Item	Descrição	Unidade	Valor unitário
01	Recuperação de valas de esgoto - Base BGS + Capa de CBUQ	Metro	182,37

7.1. MAPA DE RISCOS

Para a presente contratação, foram identificados os seguintes riscos:

Nº	Risco	Fase	Probabilidade	Impacto	Nível de risco
1	Atraso na execução	Execução	Média	Médio	Médio
2	Falha na qualidade do CBUQ	Execução	Média	Alto	Alto
3	Impactos climáticos que aumentem abruptamente a demanda	Execução	Média	Médio	Médio
4	Estimativa inadequada de quantidades, em razão de variação da demanda	Planejamento	Média	Alto	Alto
5	Elevação dos preços de mercado durante a vigência da ata	Licitação/Execução	Alto	Alto	Alto
6	Baixa competitividade no certame	Licitação	Baixa	Médio	Médio
7	Fragilidade na fiscalização e controle contratual	Execução	Baixa	Alto	Médio
8	Questionamentos por órgãos de controle quanto ao planejamento	Pós-contratação	Baixa	Alto	Médio

7.1.1. Medidas de tratamento e mitigação dos riscos:

Risco 1: Atraso na execução.

Medidas mitigadoras: Definição de prazos claros de entrega; Previsão de penalidades contratuais; Planejamento prévio das requisições pela SEMOSP;

Risco 2: Falha na qualidade do CBUQ.

Medidas mitigadoras: Exigência de atendimento às normas ABNT, DNIT e ANP; Fiscalização técnica no recebimento; Possibilidade de rejeição e substituição dos materiais.

Risco 3: Impactos climáticos que aumentem abruptamente a demanda.

Medidas mitigadoras: acompanhamento do clima para definição da execução; priorização de demandas de alto fluxo de pessoas;

Risco 4: Estimativa inadequada de quantidades, em razão de variação da demanda.

Medidas mitigadoras: Utilização do PPA como base para definição dos quantitativos; Contratação por Ata de Registro de Preços, permitindo aquisição sob demanda; Revisões periódicas do consumo durante a vigência da ata

Risco 5: Elevação dos preços de mercado durante a vigência da ata.

Medidas mitigadoras: Pesquisa de preços robusta via Sistema Banco de Preços; Previsão de reequilíbrio econômico-financeiro apenas nos casos legalmente previstos; Avaliação de vantajosidade em eventual prorrogação da ata;

Risco 6: Baixa competitividade no certame.

Medidas mitigadoras: Definição clara e não restritiva das especificações técnicas; Parcelamento do objeto quando tecnicamente viável; Ampla divulgação do certame;

Risco 7: Fragilidade na fiscalização e controle contratual.

Medidas mitigadoras: Designação formal de gestor e fiscais do contrato; Capacitação dos servidores envolvidos; Registro sistemático das ocorrências contratuais.

Risco 8: Questionamentos por órgãos de controle quanto ao planejamento.

Medidas mitigadoras: Elaboração de ETP completo e fundamentado; Registro formal das decisões administrativas; Observância integral da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal.

7.1.2. Conclusão do mapa de riscos.

Os riscos identificados são inerentes à natureza do objeto e ao vulto da contratação, sendo considerados administráveis e mitigáveis mediante as medidas preventivas e corretivas descritas. Dessa forma, conclui-se que os riscos do processo são aceitáveis, não comprometendo a viabilidade da contratação nem o atendimento ao interesse público.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;

8.1. A contratação de empresa especializada para a execução de serviços de recomposição asfáltica em vias públicas, com fornecimento e aplicação de **Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)**, é essencial para assegurar a adequada restauração das camadas de rolamento impactadas pelas obras de implantação da rede coletora do sistema de esgotamento sanitário no Município de **Ji-Paraná/RO**.

8.2. Tais serviços exigem conhecimento técnico especializado, utilização de equipamentos específicos de pavimentação (como vibroacabadora, rolo compactador, caminhão térmico, entre outros), além do fornecimento de insumos industriais padronizados, como o CBUQ usinado a quente. Diante da inexistência de estrutura própria municipal capaz de realizar tais atividades com o nível de qualidade necessário, impõe-se a contratação de empresa do ramo, devidamente qualificada.

8.3. Considerando a complexidade operacional e a necessidade de padronização técnica nas intervenções, **não se recomenda o parcelamento da contratação**. O objeto é considerado **tecnicamente indivisível**, visto que envolve um conjunto de atividades interdependentes aquisição, transporte, usinagem e aplicação do CBUQ que, para garantir a eficiência, segurança e qualidade final, devem ser executadas de forma integrada por um único prestador de serviço.

8.4. A eventual fragmentação da contratação comprometeria a uniformidade dos padrões de execução, aumentaria os riscos de incompatibilidades técnicas entre etapas e dificultaria significativamente a fiscalização, o controle de qualidade e a coordenação dos serviços, o que poderia resultar em retrabalhos, aumento de custos e prejuízos à mobilidade urbana e à segurança viária.

8.5. Ainda que o art. 48, inciso I, da **Lei Complementar nº 123/2006** recomende, sempre que possível, o parcelamento do objeto para fomentar a participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), tal diretriz não se aplica neste caso, **diante da inviabilidade técnica do fracionamento**. A contratação integral, por meio de processo licitatório único, constitui a medida mais adequada do ponto de vista técnico, jurídico e administrativo.

8.6. Assim, a **não adoção do parcelamento** encontra-se plenamente justificada, promovendo uma contratação **segura, eficiente, economicamente vantajosa** e em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, interesse público e continuidade do serviço público.

8.7. A subcontratação parcial do objeto será admitida, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, limitada às atividades acessórias e complementares que não comprometam a execução principal do objeto, a responsabilidade técnica e a qualidade dos serviços contratados.

A subcontratação será admitida até o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, restrita às parcelas acessórias ou complementares, tais como:

- transporte de materiais;
- ensaios laboratoriais;
- serviços auxiliares de apoio operacional.

É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como da parcela de maior relevância técnica e valor significativo, especialmente as atividades relacionadas à execução dos serviços de recomposição asfáltica com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), incluindo: os serviços preliminares;

terraplenagem; pavimentação com CBUQ-recobrimento de vala; aquisição de agregados minerais; aquisição de material betuminoso; restauração de ligações domiciliares (água).

Tais atividades deverão ser executadas diretamente pela empresa contratada, em razão de sua relevância técnica e impacto direto na qualidade, durabilidade e desempenho do pavimento.

A eventual subcontratação deverá ser formalmente comunicada e previamente aprovada pela Administração, mediante apresentação da documentação comprobatória da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e técnica da empresa subcontratada, bem como da demonstração de sua capacidade técnica compatível com a parcela a ser executada.

A empresa contratada permanecerá integralmente responsável pela execução total do objeto, respondendo perante a Administração por todos os serviços executados, inclusive aqueles realizados por subcontratadas, bem como por quaisquer danos decorrentes da execução contratual.

A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, permanecendo a contratada como única responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, ambientais, civis e de segurança, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a transferência de responsabilidades à Administração.

A Administração poderá, a qualquer tempo, recusar ou determinar a substituição da subcontratada, caso verifique descumprimento das condições contratuais, inadequação técnica ou risco à adequada execução dos serviços.

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

9.1. A contratação de empresa especializada para a execução de recomposição asfáltica com **Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)** visa garantir não apenas a recuperação técnica das vias públicas do Município de **Ji-Paraná/RO**, mas também o **uso eficiente dos recursos públicos** disponíveis, conforme os seguintes resultados esperados:

9.1.1. Restabelecimento da Integridade do Pavimento Urbano, assegurar que as intervenções realizadas em razão das obras de implantação da rede coletora de esgoto resultem em pavimentos recompostos com qualidade, durabilidade e uniformidade, evitando desníveis, falhas e deteriorações prematuras.

9.1.2. Redução de Riscos à População, eliminar pontos críticos de segurança, como buracos, valas expostas ou recomposições mal executadas, diminuindo o risco de acidentes com pedestres, ciclistas e veículos e promovendo maior segurança viária.

9.1.3. Preservação da Mobilidade Urbana, permitir que as vias afetadas pelas obras sejam recompostas de forma rápida e eficiente, reduzindo o tempo de interdição e mantendo o tráfego urbano fluindo, principalmente em áreas de grande circulação.

9.1.4. Aumento da Durabilidade e Redução de Retrabalhos, a utilização de CBUQ usinado a quente proporciona intervenções de longa duração, com menor necessidade de manutenções corretivas, o que se traduz em economia de recursos financeiros e maior eficiência na gestão de obras públicas.

9.1.5. Conformidade com Normas Técnicas e Ambientais, garantir que os serviços de recomposição sigam os padrões técnicos exigidos para pavimentação urbana e estejam em conformidade com a legislação ambiental vigente, com utilização de materiais certificados e de qualidade comprovada.

9.1.6. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos e materiais da Administração, a terceirização permite que a equipe técnica e operacional da Prefeitura concentre esforços nas atividades-fim de planejamento,

fiscalização e atendimento a demandas mais complexas e estruturantes, otimizando a força de trabalho e os insumos municipais.

9.1.7. Valorização e Conservação da Infraestrutura Urbana, a recomposição padronizada e tecnicamente adequada contribui para a conservação do patrimônio público, evitando a degradação visual e estrutural das vias, promovendo um ambiente urbano mais organizado e valorizado.

9.1.8. Melhoria na Percepção Pública e Satisfação da Comunidade, reduzir reclamações e insatisfações da população relacionadas a intervenções nas vias públicas, fortalecendo a imagem da administração municipal como eficiente e comprometida com a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;

10.1. Não se identificam, até o presente momento, necessidades de adequações físicas, estruturais ou operacionais nos ambientes da Administração Pública Municipal que justifiquem ações prévias específicas à celebração do contrato relativo ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10.2. Considerando que o objeto da contratação consiste na execução de recomposição asfáltica com fornecimento e aplicação de CBUQ por empresa especializada, cujos serviços serão prestados externamente às instalações administrativas, não se evidenciam peculiaridades técnicas que exijam capacitação adicional dos servidores públicos municipais encarregados da fiscalização e da gestão contratual.

10.3. Ressalta-se, contudo, que a Administração manterá equipe regularmente designada, com formação compatível com a atividade de fiscalização, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo possível, caso necessário, prover orientações internas ou apoio técnico-pontual para assegurar o pleno cumprimento das obrigações contratuais e o acompanhamento adequado da execução dos serviços.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

11.1. Não haverá a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

Embora não haja contratação correlata direta sob responsabilidade do Município, a presente contratação está diretamente vinculada ao contrato de implantação do sistema de esgotamento sanitário, executado pelo Estado de Rondônia.

A recomposição asfáltica constitui etapa complementar e indispensável à finalização das intervenções realizadas nas vias públicas, sendo assumida pelo Município com o objetivo de garantir a funcionalidade da malha viária e evitar prejuízos à população.

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL;

12.1. A recomposição de valas com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), necessária para restabelecer a integridade do pavimento urbano após a implantação da rede coletora do sistema de esgotamento sanitário em Ji-Paraná/RO, pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos, que devem ser antecipadamente identificados e adequadamente mitigados.

12.1.1. Emissão de Gases Poluentes

- **Fonte:** Queima de combustíveis fósseis em equipamentos de usinagem, transporte e aplicação do CBUQ.
- **Impacto:** Liberação de gases poluentes e material particulado, contribuindo para a poluição atmosférica e mudanças climáticas.

12.1.2. Geração de Ruído

- **Fonte:** Operação de escavadeiras, compactadores, vibroacabadoras e caminhões.
- **Impacto:** Poluição sonora em áreas urbanas, afetando a qualidade de vida da população, sobretudo em zonas residenciais.

12.1.3. Consumo de Recursos Naturais

- **Fonte:** Extração de agregados minerais e uso de derivados de petróleo (CAP).
- **Impacto:** Pressão sobre recursos não renováveis e impactos ambientais na cadeia produtiva.

12.1.4. Geração de Resíduos

- **Fonte:** Restos de CBUQ, embalagens, entulhos e solo removido das valas.
- **Impacto:** Risco de contaminação ambiental se não houver destinação e manejo adequados.

12.1.5. Contaminação de Solo e Água

- **Fonte:** Vazamentos acidentais de combustíveis, óleos e resíduos betuminosos.
- **Impacto:** Potencial poluição de solos e águas superficiais ou subterrâneas.

12.1.6. Contribuição ao Aquecimento Urbano Local

- **Fonte:** Absorção de calor pelo asfalto escuro aplicado em áreas urbanas.
- **Impacto:** Intensificação do fenômeno de ilha de calor, principalmente em zonas densamente pavimentadas.

A contratação de empresa especializada deve prever obrigações contratuais e exigências ambientais específicas para reduzir os impactos identificados:

12.2.1. Utilização de usinas de asfalto dotadas de sistemas de controle de emissões e filtros para material particulado.

12.2.2. Operação com equipamentos em conformidade ambiental, revisados, regulados e com manutenção preventiva regular.

12.2.3. Implantação de planos de gestão de resíduos e procedimentos para contenção de derramamentos de substâncias perigosas.

12.2.4. Descarte de resíduos e entulhos em locais devidamente licenciados, conforme legislação ambiental vigente.

12.2.5. Planejamento das atividades em horários de menor sensibilidade acústica, minimizando transtornos à população.

12.2.6. Preferência, quando tecnicamente viável, por materiais reciclados, fresado reaproveitado e fornecedores com certificações ambientais.

Embora a recomposição asfáltica com CBUQ aplicado a quente envolva impactos ambientais inerentes à sua natureza, tais efeitos são tecnicamente previsíveis e plenamente mitigáveis, desde que haja rígido controle técnico, fiscalização adequada e a adoção de boas práticas ambientais por parte da contratada. A inserção de cláusulas contratuais específicas que exijam conformidade com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e com os princípios da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente quanto à promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 11, inciso IV), garante a execução de intervenções eficientes, responsáveis e ambientalmente adequadas. Dessa forma, o Município de Ji-Paraná/RO poderá assegurar que os serviços de recomposição sejam realizados com responsabilidade socioambiental, em conformidade com os objetivos da gestão pública moderna e sustentável, preservando o meio ambiente e promovendo a melhoria contínua da qualidade urbana.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA;

13.1. A contratação ora proposta tem por finalidade suprir, de forma adequada, a demanda decorrente das obras de implantação da rede coletora do sistema de esgotamento sanitário no Município de Ji-Paraná/RO, assegurando a restauração técnica e eficiente das vias públicas impactadas, por meio da recomposição com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

13.2. A estratégia de contratação revela-se viável e vantajosa, por conciliar critérios de economicidade, ampla competitividade, padronização dos serviços e agilidade no atendimento da demanda, inclusive diante da natureza intermitente e geograficamente dispersa das intervenções.

13.3. A medida está alinhada com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, e possibilita a obtenção do melhor custo-benefício na prestação de um serviço essencial à infraestrutura urbana e à saúde pública.

13.4. Diante do exposto, manifesto posicionamento favorável ao prosseguimento da contratação, considerando sua adequação, relevância e oportunidade frente aos objetivos estratégicos da Administração Municipal e às reais necessidades operacionais da área demandante.

XIV - CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO A EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

14.1. Em cumprimento ao princípio da eficiência e visando à racionalização dos procedimentos administrativos, foi realizada consulta formal ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços do Município de Ji-Paraná/RO, com o objetivo de verificar a existência de ata de registro de preços vigente que pudesse atender à demanda descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

14.2. Após análise e resposta do setor competente, verificou-se que, na presente data, não há ata de registro de preços municipal vigente ou compatível com o objeto pretendido, qual seja, a contratação de empresa especializada para recomposição de pavimento asfáltico com fornecimento e aplicação de CBUQ.


14.3. Diante da inexistência de instrumento contratual ativo que possa ser utilizado, justifica-se a deflagração de novo procedimento licitatório, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, para garantir o atendimento tempestivo, eficiente e legal da necessidade pública identificada.

XV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, que a contratacao:


[X] é viavel [] não é viavel

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br




SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE GONCALO DE FARIAS, ASSESSOR (A) NIVEL I - SEMOSP**, em 09/04/2026 às 13:34, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).




SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 09/04/2026 às 14:03, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **DURVAL BARTOLOMEU TRIGUEIRO MENDES JUNIOR, ENGENHEIRO - ADM**, em 10/04/2026 às 08:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2587879** e o código verificador **6601B95C**.

Referência: [Processo nº 1-5688/2026](#)

Docto ID: 2587879 v1

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5688/2025 - SEMOSP

OBJETO: Registro de preços para futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em construção civil, visando a RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ, nos trechos que receberem as aberturas de valas para Implantação das redes coletoras do Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Ji-Paraná-RO, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

Ao (À)

PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO - PMJP/RO

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V. UNITÁRIO ESTIMADO	V.TOTAL ESTIMADO
AMPLA PARTICIPAÇÃO					
1	RECUPERACAO DE VALAS DE ESGOTO - BASE BGS + CAPA DE CBUQ	MT	67.000	182,37	R\$ 12.218.790,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:.....					R\$ 12.218.790,00 <i>(doze milhões, duzentos e dezoito mil, setecentos e noventa reais.).</i>

- ***O único item é destinado a AMPLA PARTICIPAÇÃO.***
- *Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATSER, prevalecerão às do ANEXO II deste Edital.*
- **O licitante deverá apresentar, de forma obrigatória e conjunta à proposta, a planilha de decomposição de custos detalhada, contemplando todos os elementos que compõem o preço ofertado, tais como custos diretos, indiretos, encargos sociais, tributos, insumos, mão de obra, e demais despesas necessárias à plena execução do objeto.**
- **A proposta deverá ser acompanhada, igualmente, das demais peças orçamentárias pertinentes, devidamente elaboradas e compatíveis com os valores apresentados, de modo a demonstrar a exequibilidade da contratação e assegurar a transparência na formação dos preços.**

Local/ Entrega/Execução/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

4.1.1. Obriga-se a contratada possuir em seu quadro técnico permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior habilitado na área de engenharia civil e/ou arquiteto detentor de atestados de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência, devendo ainda, comprovar possuir, no mínimo 01 (um) engenheiro (a) e/ou técnico (a) em segurança do trabalho.

4.1.2. O atestado referido no subitem anterior deverá estar devidamente registrado na entidade profissional competente (Conselho de Classe), ação essa que se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado, nas condições dispostas na RESOLUÇÃO Nº 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014 (CAU) e RESOLUÇÃO Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009 (CREA), e, de acordo com o art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

4.1.3. Para fins de Qualificação Técnico-Operacional exigir-se-á das empresas licitantes, Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional ou Federal de Engenharia e Agronomia - CREA/CONFEA (Lei nº 5.194, de 24.12.66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR (Lei nº 12.378, de 31.12.10), em validade. Em caso de licitante com sede fora do Estado de Rondônia, deverá apresentar visto dos conselhos CREA ou CAU do Estado de Rondônia, no momento da sua contratação, em plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no art. 67, da Lei 14.133, de 2021.

4.1.4. Na referida certidão, deve constar, em seu rol de Responsáveis Técnicos, profissionais com atribuição reconhecida por entidade de classe competente, quais sejam:

4.1.4.1. Engenheiro (a) Civil com atribuições pela Lei 12.378/10 e Art. 7º da Resolução 218 de 1973 do CONFEA, e/ou Arquiteto (a) respectivamente, mediante a apresentação de Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física/Profissional, junto ao Conselho de Classe competente, em validade, concomitante comprovar também, aptidão na execução de serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência, mediante a apresentação de CAT-A (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado.

4.1.4.2. Não serão considerados válidos as Certidões de Registros e Quitações dos Profissionais, junto ao CREA/CONFEA e/ou CAU/BR, bem como as Certidões de Acervos Técnicos CAT-A, cujos profissionais não estejam relacionados e inscritos no quadro técnico permanente da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

4.2.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL (ACT) em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a **30% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto (ID 2508531), conforme Despacho Engenharia/Semosp de 09/04/2026 (ID 2590417), onde é destacado que o item 5.2 aquisição e transporte de CAP 50/70 para Ji-Paraná; cujo valor é de R\$ 3.375.034,59 representa 27,62% do total da obra, que é de R\$ 12.219.184,87.**

4.2.2. É admitida a soma de atestados provenientes de serviços prestados a empresas diversas para alcançar o quantitativo mínimo em obras ou serviços com características semelhantes e em proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

4.3. OBSERVAÇÃO RELEVANTE EM FACE DE APRESENTAÇÃO DO (S) ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ACT:

4.3.1. Quando emitido por pessoas jurídicas de direito privado, constar os dados do expedidor (data de emissão, nome da razão social, CNPJ, endereço, telefone comercial) e do (s) signatário (s) do documento (nome, CI/RG / CPF, cargo/função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e da indicação da Anotação da Responsabilidade Técnica (nº da ART e/ou RRT);

4.3.2. Quando emitido por pessoa jurídicas de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.

4.3.3. E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 59, parágrafos 2º da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas fiscais, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, poderão ser solicitados no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

4.3.4. A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado (s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

4.3.5. Também deverão ser apresentadas declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramenta, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação.

4.3.6. Para fins deste Termo de Referência e da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir:

4.3.6.1. Carteira de Trabalho;

4.3.6.2. Contrato Social;

4.3.6.3. Contrato de prestação de serviços;

4.3.6.4. Contrato de Trabalho registrado na DRT;

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado.

ANEXO III – A
MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo e eu caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br;
- h) No caso de empresas em recuperação judicial, está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE **Ji-Paraná**, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE Ji-Paraná/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual ou será admitida a subcontratação nos termos do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *(conforme índice contante no Termo de Referência)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- 1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 1.47. Não haverá exigência de garantia contratual **ou** a exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - Multa:**
 - Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

- 1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.61.3. Indenizações e multas.
- 1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __(____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Forneciment o	Quantidad e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitári o	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão).....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)*

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total